

SANEAMENTO

Aprovação de medida
injetaria investimentos

COMPETITIVIDADE

CNI questiona legalidade
de sete taxas comerciais

SESI

Escola transforma vida
de população carente

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 27 | Outubro 2018

ORDEM NAS FINANÇAS

NOVO PRESIDENTE DEVE AGIR COM
DETERMINAÇÃO PARA AFASTAR
O PESSIMISMO NA ECONOMIA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

FAÇA SUA
INDÚSTRIA MELHOR.
FAÇA SEU SETOR
MAIS FORTE.

FAÇA

PARTE

Se você tem um objetivo, se unir com pessoas que também acreditam nele é fundamental. Os sindicatos empresariais existem para unir pessoas que acreditam na indústria e na sua importância para o país. Junto a outros empresários, você pode fazer a diferença! Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.



/cnibrasil



/cni_br



/cnibr



/cnibweb



Programa de
Desenvolvimento
Associativo

Somar forças. Multiplicar resultados.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

O novo presidente da República tem pela frente um dilema muito claro: ou aproveita a legitimidade da recente eleição e põe ordem nas contas públicas ou se verá tragado pela crise econômica que, em boa medida, determinou o destino de seus dois antecessores. Dilma Rousseff deixou o posto por impeachment. Michel Temer, com desaprovação pública recorde.

Desta vez, entretanto, não há qualquer espaço para um ajuste fiscal à base de aumento de impostos. O setor produtivo não pode mais carregar o Estado nas costas com custos que tornam inviável qualquer operação produtiva. Desta vez, o ajuste depende de uma precisa e determinada redução de despesas, que preserve políticas sociais importantes e elimine todos os gastos desnecessários, redundantes e ineficientes.

Nesta edição, a reportagem principal traz uma radiografia da crise fiscal do país e mostra a urgência da sua solução. Alguns dados são eloquentes. As despesas obrigatórias representam praticamente 100% da receita líquida, ou seja, não há recursos para investimentos discricionários, que dependeriam do aumento da dívida. Até porque a dívida bruta do setor público já se aproxima de 80% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que há cinco anos era pouco superior a 50%.

Dois grandes especialistas em contas públicas foram entrevistados mais longamente pela reportagem. Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional, considera que é urgente um ajuste fiscal de 4 pontos do PIB, que ele deve ser feito com corte de despesas e que a nova ordem fiscal deva ter a adesão dos estados e do Distrito Federal. Sem isso, o esforço do governo federal pode ser em vão. Já o economista Raul Velloso diz que toda a atenção deve ser dada a uma solução definitiva para a previdência dos servidores. Ele propõe que essa dívida seja assumida por um ente privado, após capitalização com ativos do setor público.

Esta edição também dá destaque à agenda legislativa pós-eleitoral, que tem como uma das prioridades a aprovação da medida provisória que reorganizou o sistema regulatório do setor de saneamento, dando maior segurança jurídica a investimentos privados na área. Outras reportagens importantes também tratam das ações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que questionam a legalidade da cobrança de sete taxas para o comércio exterior de empresas brasileiras, e dos casos de êxito de escolas do Serviço Social da Indústria (SESI), que transformaram realidades em comunidades carentes do país.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo
CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Sandro Lima e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Guto Rodrigues; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI
https://www.facebook.com/cnibrasil
https://www.flickr.com/photos/cniweb
https://instagram.com/cnibr/
https://twitter.com/cni_br
https://www.linkedin.com/company/cni-brasil
https://www.youtube.com/user/cniweb

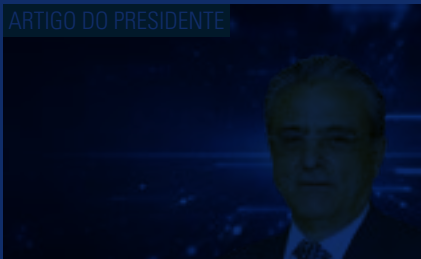
SESI
https://www.facebook.com/SESINacional
https://www.youtube.com/user/sesi
https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional

SENAI
https://www.facebook.com/senainacional
https://www.instagram.com/senai_nacional/
https://twitter.com/senainacional
https://www.youtube.com/user/senaibr
https://www.linkedin.com/company/senai-nacional

IEL
https://www.facebook.com/IELbr
https://www.instagram.com/ielbr/
https://twitter.com/iel_br
https://www.linkedin.com/company/iel-nacional

SUMÁRIO

ARTIGO DO PRESIDENTE



CAPA



AGENDA LEGISLATIVA



GIRO BRASIL



A importância de ações decisivas para o controle das contas públicas depois da enorme expansão do gasto

8

PAINEL DE DADOS

Indicadores mostram que futuro ministro da Fazenda tem difícil tarefa de reverter tendências preocupantes nas contas públicas

16

PREVIDÊNCIA

Depois de décadas de tentativas frustradas de reforma, os sistemas de aposentadorias e pensões estão no topo da pauta

18

MANSUETO ALMEIDA

Secretário do Tesouro Nacional sugere três desafios fiscais inevitáveis para o próximo governo

22

RAUL VELLOSO

Especialista em contas públicas apresenta sugestão definitiva para o déficit nas contas da Previdência

24

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Em artigo no *Valor Econômico*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, sugere diretrizes ao novo presidente

26

CNI e entidades lideram coalizão a favor da aprovação da medida provisória que reorganizou o setor de saneamento no país

28

COMPETITIVIDADE

Sete taxas que oneram operações de importação e exportação no Brasil têm sua legalidade questionada pela CNI

32

PESQUISA

Indicador de Custos Industriais continua elevado, agora por causa da alta do dólar e da greve dos caminhoneiros

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Sondagem Indústria da Construção mostra aumento do pessimismo em setembro devido às incertezas eleitorais

38

SENAI do Pará qualifica 40 detentos com curso prático em construção civil

40

GIRO GLOBAL



Falta de mão de obra freia negócios da indústria nos Estados Unidos

42

SAÚDE

Casos de sucesso mostram como escolas bem estruturadas e com corpo docente motivado transformam a realidade social de comunidades carentes

44

NOVO GOVERNO, GRANDE DESAFIO

O desafio fiscal do próximo presidente da República é gigantesco. Após o desarranjo ocasionado por uma série de iniciativas macroeconômicas errôneas, as contas públicas precisam ser rearrumadas para que o Estado brasileiro volte a caber no orçamento. A lição básica da administração, seja de um lar, de uma empresa ou de uma entidade estatal, consiste em não gastar mais do que se arrecada. Do contrário, o que nasce como um desequilíbrio que poderia ser corrigido com atitudes razoavelmente simples acaba se transformando num problema de grandes proporções do qual só se sai com imensos sacrifícios.

Felizmente, o ajuste já foi iniciado com a adoção, pelo atual governo, de medidas saneadoras, como a emenda constitucional que limitou o crescimento dos gastos públicos. O presidente Michel

Temer, que termina agora o seu curto mandato, também tentou viabilizar uma reforma da Previdência Social, que foi atropelada pela falta de entendimento, no Congresso Nacional, em torno de pontos absolutamente necessários — a exemplo da unificação dos vários regimes previdenciários hoje existentes e o consequente fim de privilégios que sangram o orçamento público há décadas.

O novo governo deve aproveitar o trabalho já feito até agora e perseguir o consenso político, visto que os diagnósticos técnicos são claros, para realizar um abrangente esforço em favor do equilíbrio orçamentário. Sobre o presidente que tomará posse em janeiro não pode cair na tentação de retroceder em relação aos avanços já obtidos. Em outras palavras, não deve dar ouvidos ao canto enganoso de quem defende, mesmo que

com boas intenções, a revogação da emenda que põe um freio na expansão das despesas. Soluções populistas levariam à continuidade do caos fiscal.

Porém, evitar retrocessos não será suficiente para garantir o reequilíbrio orçamentário, pressuposto básico para a melhora do ambiente econômico, o retorno dos investimentos públicos e a decisão das empresas de retomar projetos temporariamente engavetados. Além de não permitir que se ande para trás, será indispensável dar novos passos firmes na direção da normalidade fiscal, que só será conseguida se a nova equipe econômica adotar a atitude permanente de eliminar desperdícios e diminuir despesas com a máquina administrativa de maneira consistente.

Acima de tudo, seria totalmente inconveniente promover o ajuste aumentando impostos. A carga tributária brasileira, que atualmente está por volta de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), já é uma das mais altas do mundo para países em igual nível de desenvolvimento. Neste momento de baixo crescimento e alto desemprego, elevá-la ainda mais traria, como consequências inevitáveis, acréscimos nos custos das empresas, além da redução de recursos disponíveis para investir e poupar. Tudo isso se traduziria em menor ritmo de expansão da economia e mais dificuldades para a criação de empregos.

É preciso que o setor público deixe de atrapalhar

a economia nacional, com seu desequilíbrio orçamentário, e passe a contribuir para o crescimento econômico num ritmo mais condizente com as nossas necessidades. A mudança nas regras da Previdência Social e o corte de despesas são ações fundamentais para um ajuste de longo prazo. A indústria brasileira está pronta, como sempre esteve, para colaborar com o novo governo na busca de soluções para a crise fiscal que impede o pleno desenvolvimento econômico e social do país.



Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A PRIORIDADE DO NOVO PRESIDENTE

SÓ O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS COLOCARÁ DE FATO O PAÍS NA TRILHA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA REDUÇÃO DO DESEMPREGO

Em qualquer empresa, quem é responsável pelo controle dos gastos sabe que as despesas não podem ficar acima das receitas por muito tempo. Quando isso acontece, há basicamente três formas de resolver a situação: aumentar a receita disponível, cortar despesas ou combinar um pouco de cada coisa. Isso pode ser feito de uma maneira mais rápida ou gradualmente. Ter as despesas sob controle facilita o planejamento e permite realizar novos investimentos. Apesar da verdade cristalina desse raciocínio simples, o setor público tem tido enorme dificuldade em compreender essa lição.

Se as estimativas apresentadas pelo governo federal ao Congresso Nacional no final de agosto se confirmarem, o déficit das contas públicas deve ficar em, pelo menos, R\$ 200 bilhões nos dois próximos anos, conforme a proposta orçamentária de 2019 elaborada pelo governo Michel Temer.

Primeiro ano do mandato do próximo presidente da República, 2019 deverá ser o sexto consecutivo em que as despesas devem superar as receitas. A estimativa é que o déficit público federal fique em R\$ 139 bilhões, caindo para R\$ 65 bilhões no ano seguinte. Em 2018, o déficit deve ficar próximo de R\$ 150 bilhões.

RESULTADOS NEGATIVOS

Essa sequência de resultados negativos reflete o descasamento entre receitas e despesas, agravado nos últimos anos pelos reflexos da crise econômica na arrecadação de tributos, situação que afetou tanto o governo federal quanto estados e municípios. Também contribuiu para esse quadro negativo a rigidez dos gastos obrigatórios, especialmente aqueles ligados à Previdência Social e à folha de pagamento do funcionalismo público. Sem conseguir economizar para pagar os

juros da dívida pública, o governo viu a dívida bruta chegar a 74% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017.

Apesar da aprovação, em 2016, de uma regra que limita o crescimento dos gastos públicos, a previsão do Ministério do Planejamento é que a dívida bruta, que chegou a R\$ 5,2 trilhões em julho, conforme dados do Banco Central, continue subindo em 2020 e 2021, para 79,7% e 81,1% do PIB respectivamente. Para o economista Octávio de Barros, vice-presidente da Câmara de Comércio França-Brasil, a situação das contas públicas no Brasil é dramática e o próximo governo será obrigado a fazer um “fortíssimo ajuste fiscal” e a aprovar uma reforma da Previdência Social.

Para Fernando Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não será fácil fazer em 2019 o ajuste fiscal necessário. Nas contas dele, o tamanho do ajuste para estabilizar a trajetória da

Eliminação dos desperdícios de recursos públicos deve ser o foco da nova equipe econômica, defende a CNI

dívida pública é algo entre quatro e cinco pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). Ele estima que, embora a recuperação da economia, ainda em ritmo lento, possa contribuir para o aumento das receitas, a melhoria do resultado primário recorrente terá de superar três pontos percentuais do PIB.

Ele afirma que a correção desse desequilíbrio não poderá ser lenta. “Um ajuste gradual é muito vulnerável à complacência que se instala no Executivo, no Congresso e mesmo no mercado financeiro, quando a situação externa é favorável e a economia começa a melhorar. A gravidade da situação fiscal exige um ajuste mais forte”, avalia. Segundo ele, até mesmo um ajuste fiscal gradual enfrenta resistência. Ele diz que o teto de gastos já foi uma medida bastante gradual, com redução esperada da despesa em 5 pontos percentuais do PIB em dez anos, mas corre o risco de não ser cumprido.

Especialista em contas públicas, o economista Fábio Giambiagi, do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), elenca cinco prioridades para o governo na área fiscal: reforma da Previdência Social; mudança da regra de reajuste do salário mínimo, que hoje prevê aumento de acordo com a inflação e o crescimento do PIB nos dois últimos anos; congelamento das despesas com o funcionalismo público em 2020; eliminação do abono salarial; e um pente-fino nas despesas para cortar o que ainda é possível nos orçamentos de 2019, em discussão no Congresso, e de 2020.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No caso da reforma da Previdência Social, o presidente Michel Temer chegou a cogitar a possibilidade de suspender a intervenção na área de segurança pública do Rio de Janeiro para tentar votar a proposta ainda esse ano na Câmara dos Deputados, mas ainda não é clara a viabilidade política dessa medida.

Já a definição sobre a regra de reajuste do salário mínimo será uma das primeiras decisões a serem tomadas pelo sucessor de Temer. Em abril de 2019, ao enviar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o novo governo terá de indicar como ficará o reajuste do salário mínimo, uma vez que a atual regra vale somente até 2018.

Criada no início da década, a atual regra do mínimo prevê que o salário deve ser reajustado de acordo com a inflação dos 12 meses anteriores, acrescida do crescimento da economia de dois anos antes. Apesar da previsibilidade gerada pela regra, a principal preocupação dos economistas é o peso do mínimo nas contas públicas, em especial nas contas da Previdência Social, dos estados e dos municípios. Cálculo feito pela equipe econômica de Temer, ao anunciar o reajuste de 2018, indicava que uma alta de R\$ 1 no salário gerava gasto anual de R\$ 301 milhões nas despesas do governo federal.

As despesas com pessoal são outro problema a ser resolvido pelo próximo governo. Mário Sérgio Carraro Telles, gerente de Políticas Fiscal e Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI), estima que, entre 2014 e 2018, os gastos com pessoal no governo federal terão um crescimento acumulado real (acima da inflação) de 8,7%, o que significa uma despesa adicional de R\$ 35 bilhões no período. “Somente as despesas com pessoal têm um impacto equivalente a 0,5% do PIB”, afirma. No mesmo período, segundo ele, o PIB deve registrar uma queda de 4,5%.

No setor privado, afirma ele, os reajustes salariais entre 2014 e 2018 foram mais moderados. Se os reajustes salariais previstos para os servidores públicos para 2019 forem concedidos, Telles estima que o aumento real poderá

chegar a 13%, considerando inflação em torno de 4%. Ele lembra que os reajustes salariais concedidos em

Fábio Giambiagi vai na mesma linha. Para ele, há necessidade de uma reforma administrativa para reduzir gastos com pessoal. “A longo prazo essa mudança deve envolver a redução dos salários iniciais de futuros concursos”, afirma. Segundo ele, em muitos casos o salário inicial pago no setor público é maior do que na iniciativa privada.

Considerando a experiência profissional e a formação acadêmica similares, os salários são, em média, 96% mais altos no nível federal do que no setor privado, conforme o estudo *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado: uma agenda de reformas para o Brasil*, divulgado pelo Banco Mundial (Bird) em agosto deste ano. O trabalho avalia que a folha de pagamento do setor público brasileiro é alta pelos padrões internacionais, em torno de 13% do PIB, e recomenda que a ascensão profissional seja mais

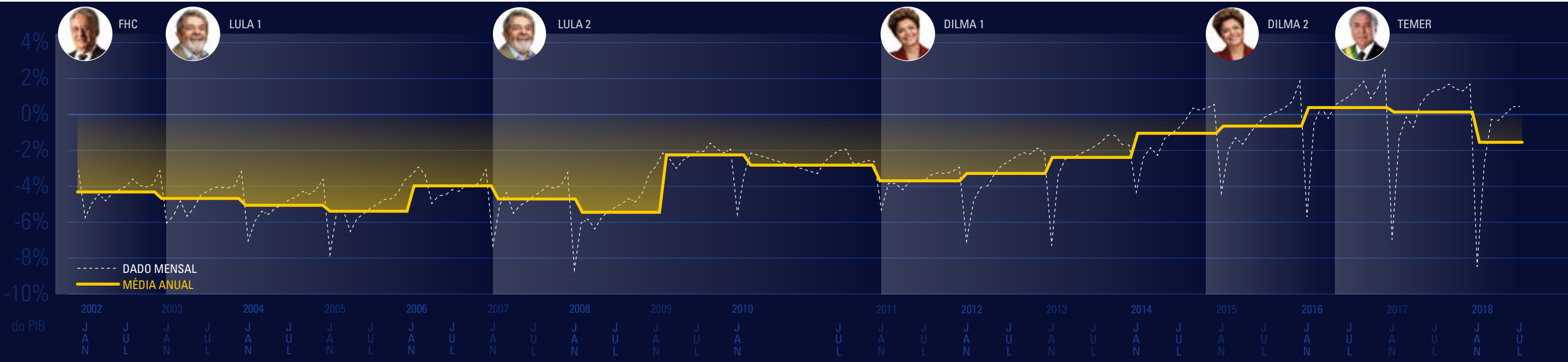
“Um ajuste gradual é muito vulnerável à complacência que se instala no Executivo, no Congresso e mesmo no mercado financeiro”

Fernando Veloso, pesquisador do IBRE/FGV

2017 e 2018 foram negociados ainda no governo Dilma Rousseff, afastada em 2016, e mantidos por Temer. A equipe econômica tentou adiar os reajustes, mas foi impedida por uma decisão judicial, lembra Telles.

GOVERNOS DE LULA E DILMA DEIXARAM AS CONTAS PIORES DO QUE RECEBERAM

Necessidade de financiamento do setor público consolidado. Resultado inclui governo federal, estados, municípios e estatais (fora Petrobras e Eletrobras)



Fonte: Banco Central



Estudo do Banco Mundial mostra preocupação com o Brasil

“espaçada” ao longo da carreira, condicionada ao bom desempenho. O estudo também sugere que novos concursos só sejam feitos para cargos com tarefas claramente identificadas, e não para carreiras com perfil genérico, como gestores ou analistas em qualquer área de governo.

“Essa situação obviamente oculta variações consideráveis entre as diferentes carreiras. Alguns cargos no setor público, como o de professor, pagam relativamente pouco o que, consequentemente, pode dificultar a contratação de profissionais talentosos”, avalia o estudo. Segundo o documento do Banco Mundial, em outras carreiras, como no caso do Judiciário, a remuneração total, incluindo benefícios e gratificações, pode exceder consideravelmente o limite constitucional. Mas essa está longe de ser a única

discrepância entre carreiras desenvolvidas no setor público e privado. “Os médicos do setor público ganham, em média, 4,5 vezes mais do que os 10% no

“Sem uma reforma, a despesa do INSS continuará a corroer o espaço para políticas públicas em áreas relevantes e os gastos não previdenciários serão esmagados pelo aumento das despesas com aposentados e pensionistas”

Fábio Giambiagi,
economista do BNDES

topo da distribuição de renda, bem acima dos padrões comparáveis nos países da OCDE”, informa o trabalho.

Também especialista em finanças públicas, o economista José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE/FGV e professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), lista ainda a necessidade de uma boa coordenação macroeconômica. “Não se pode tratar a política fiscal descolada do resto da política econômica, como tem sido feito”, afirma ele. Para Afonso, é preciso impor também um teto decrescente para a dívida pública federal, atualmente em R\$ 3,8 trilhões. O economista cita, ainda, a necessidade de construção de um novo sistema tributário e um novo arcabouço de planejamento e orçamento público.

Mas o controle das despesas públicas, avalia Afonso, deve incluir uma melhoria na gestão, o que pode ser feito por meio do uso de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação

(TIC) para digitalizar todo o governo. Além de ajudar na gestão, esse processo de digitalização contribui para dar mais agilidade e transparência às decisões. “É preciso uma reforma administrativa radical para reduzir o custo de funcionamento do governo, independentemente de ser com pessoal ou não”, diz Afonso.

A rigidez orçamentária é outro ponto que precisa ser enfrentado, segundo Mário Sérgio Telles, da CNI. Ele lembra que, conforme a proposta orçamentária em discussão no Congresso Nacional, 93% das receitas de 2019 estão comprometidas com as despesas obrigatórias, basicamente gastos com pessoal e Previdência Social. Com quase toda a receita comprometida, os recursos disponíveis para investimento são de apenas R\$ 27 bilhões no próximo ano, segundo ele. “Esse investimento, que equivale a 0,3% do PIB, mal repõe a depreciação do estoque de capital”, avalia.

MANUTENÇÃO DO TETO

Avaliação idêntica tem Fábio Giambiagi, do BNDES, que também chama a atenção para as despesas obrigatórias, especialmente da Previdência Social. “Sem uma reforma, a despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continuará a corroer o espaço para a aplicação de políticas públicas em áreas relevantes para a ação do governo e os gastos não previdenciários serão esmagados pelo aumento das despesas com aposentados e pensionistas”, avalia. Um estudo feito por ele mostra que, se a reforma não for feita pelo próximo governo, os gastos com o pagamento de pensões e aposentadorias do setor privado podem passar de R\$ 649 bilhões, previstos para esse ano, para R\$ 876 bilhões em 2026.

Essa evolução de gastos, se acontecer, pode inviabilizar o cumprimento da regra do teto de gastos públicos, que limita o crescimento das despesas à inflação passada. Ao contrário dos anos 1990, quando o ajuste fiscal foi feito principalmente em cima do aumento

de receita, agora terá de ser feito em cima dos gastos, concordam Giambiagi e Afonso. “A saída, no meu ponto de vista, passa pela vigência da regra do teto do gasto público, pelo menos ainda no próximo governo, de modo a reduzir gradativamente a relação entre o gasto público e o PIB num contexto de crescimento desse último, promovendo assim um ajuste fiscal gradual ao longo do tempo”, resume Giambiagi.

No estudo divulgado em agosto, o Bird avalia que o teto de gastos, de acordo com o qual as despesas não podem crescer mais do que a inflação e que congela os gastos primários reais do governo federal ao nível de 2016 por

pelo menos 10 anos, permitirá retomar os superávits fiscais em 2022 e estabelecerá a dívida pública em torno do ano 2026. Além de destacar a necessidade da reforma da Previdência Social, o Banco Mundial propõe também reduzir os incentivos fiscais, extinguir a desoneração da folha de pagamentos, eliminar o Simples “como parte da simplificação geral da tributação das empresas” e acabar com as deduções de gastos com planos de saúde do Imposto de Renda.

Além dos problemas fiscais do governo federal, alerta Giambiagi, é importante buscar soluções também para as contas dos governos estaduais. “Pessoalmente, defendo que isso



Equilíbrio fiscal foi prejudicado por medidas equivocadas, diz Robson Andrade

deva passar pela adoção de uma regra mais rígida de aposentadoria (hoje de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres) como por exemplo 66/62 ou pelo menos 65/60 com vigência imediata. Isso aliviaria muito a despesa dos governos estaduais e é uma medida defensável numa situação crítica como a que vivemos”, comenta ele.

ESTADOS PREOCUPAM

A situação fiscal dos estados também foi motivo de atenção do Banco Mundial. “Mesmo com a recuperação das receitas, muitos estados continuarão enfrentando dificuldades para pagar seus funcionários e outras obrigações pontualmente. Utilizando um modelo simplificado, estimamos que dez estados passarão a ser insolventes até 2021, em um cenário de recuperação econômica, e 17 ficarão insolventes em caso de retorno da recessão em 2020-2021”, diz o estudo.

Para melhorar as finanças dos estados, o Bird propõe: a criação de um “fundo de estabilização fiscal” federal em troca de maior disciplina fiscal; reformas estruturais que permitam aos estados maior flexibilidade para reduzir pessoal, salários, aposentadorias e pensões; e acesso ao mercado de capitais como recompensa para os estados mais prudentes.

Para Afonso, do IBRE, a solução para os estados passa pela reestruturação do sistema tributário e pela revisão do pacto federativo, conjunto de regras que definem a arrecadação de tributos e como esses recursos são gastos. Esse tema também foi discutido no Congresso Nacional, principalmente na comissão especial criada para analisar a proposta de reforma tributária. Entretanto, apesar de haver consenso de que o sistema tributário brasileiro é complexo e prejudica o setor produtivo, a proposta, discutida ao longo de um ano, não chegou a ser votada.

Na área fiscal, o sistema tributário é outro problema a ser resolvido, segundo o Banco Mundial. A instituição avalia que

o principal desafio do Brasil é tornar o sistema tributário menos oneroso e mais justo para pessoas físicas e jurídicas. De acordo com o Bird, o Brasil já arrecada mais impostos que todos os seus pares de renda média, incluindo os da OCDE e que, além de não ser um sistema muito progressivo (com isso, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos), o modelo de tributação brasileiro também é “extraordinariamente complexo”.

DEBATE ELEITORAL

Embora reconhecidos pelos principais candidatos à Presidência da República, os problemas fiscais e as soluções que podem ser adotadas não foram aprofundados durante a campanha eleitoral. De uma maneira geral, os candidatos e os assessores econômicos reconheceram a necessidade de controlar o déficit fiscal, mas não houve um consenso sobre quais medidas poderiam ser adotadas. Há propostas para reduzir a dívida pública por meio de privatizações, concessões e venda de imóveis da União, desmobilização de ativos, maior responsabilidade fiscal e maior crescimento econômico, que também reduz a relação dívida/PIB.

Em relação ao teto para os gastos públicos, alguns candidatos defenderam, durante a campanha eleitoral, a revogação ou revisão da medida, cuja implementação ainda está em andamento e que depende da reforma da Previdência Social. Aliás, esse é um tema sobre o qual não houve consenso durante a campanha eleitoral, com alguns candidatos afirmando que a reforma deve ser feita imediatamente e outros argumentando que o tema deve ser discutido de maneira mais ampla, incluindo as receitas e despesas da área de seguridade social.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, três tarefas serão incontornáveis para o próximo governo: combater o multibilionário déficit nas contas públicas, o que implica a viabilização de uma corajosa reforma da Previdência Social, aumentar a competitividade

da economia e negociar a formação de consensos no Congresso Nacional. Sem sucesso nessa frente tripla e simultânea, diz ele, o país dificilmente voltará a crescer de maneira consistente e “não será possível acabar com o flagelo representado por mais de 13 milhões de desempregados”.

Em artigo publicado no jornal *Valor Econômico* em setembro, ele afirmou que “não há mais espaço para complacência. O desafio que irá se impor nos quatro anos seguintes será árduo e demandará pragmatismo. O grande risco seria começar o mandato sem uma noção exata da necessidade de empreender um forte ajuste fiscal. Os esforços da sociedade brasileira, ao longo de uma década, em favor do equilíbrio orçamentário, foram desperdiçados, em período recente, por várias medidas equivocadas”.

EQUILÍBRIO DE LONGO PRAZO

Ainda de acordo com Robson Braga de Andrade, a reforma da Previdência é essencial para que se promova um reequilíbrio fiscal de longo prazo, assim como para a própria continuidade do pagamento dos benefícios aos aposentados. “Se a alteração não for feita, o sistema previdenciário entrará em colapso, causando uma crise social de proporções maiores que a atual. Sem que sejam fixadas regras iguais para todas as categorias de trabalhadores, públicos ou privados, e sem a adoção de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição, as distorções do atual modelo permanecerão existindo, com a perpetuação de privilégios e injustiças”.

A reestruturação da Previdência é primordial para o ajuste fiscal e a redução da dívida pública, mas precisa ser acompanhada de uma mudança de atitude da principal liderança do processo legislativo em Brasília. Desde o início do mandato, “o novo presidente deve liderar um programa permanente de corte de gastos, eficiência na gestão dos recursos e ataque aos desperdícios”, defende o presidente da CNI.

GOVERNO TEVE AMPLA MAIORIA EM VOTAÇÕES IMPORTANTES, MAS NÃO CONSEGUIU AVANÇAR NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC DO TETO DE GASTOS OUTUBRO DE 2016



359
VOTOS
A FAVOR



116
VOTOS
CONTRA

REFORMA TRABALHISTA ABRIL DE 2017



296
VOTOS
A FAVOR



177
VOTOS
CONTRA

TERCEIRIZAÇÃO MARÇO DE 2017



231
VOTOS
A FAVOR



188
VOTOS
CONTRA

Deputados federais resistiram à votação da reforma da Previdência nos últimos anos, apesar de sua urgência

foto: Antonio Augusto/Câmara dos Deputados

O PAINEL DE CONTROLE DO PRÓXIMO MINISTRO DA FAZENDA

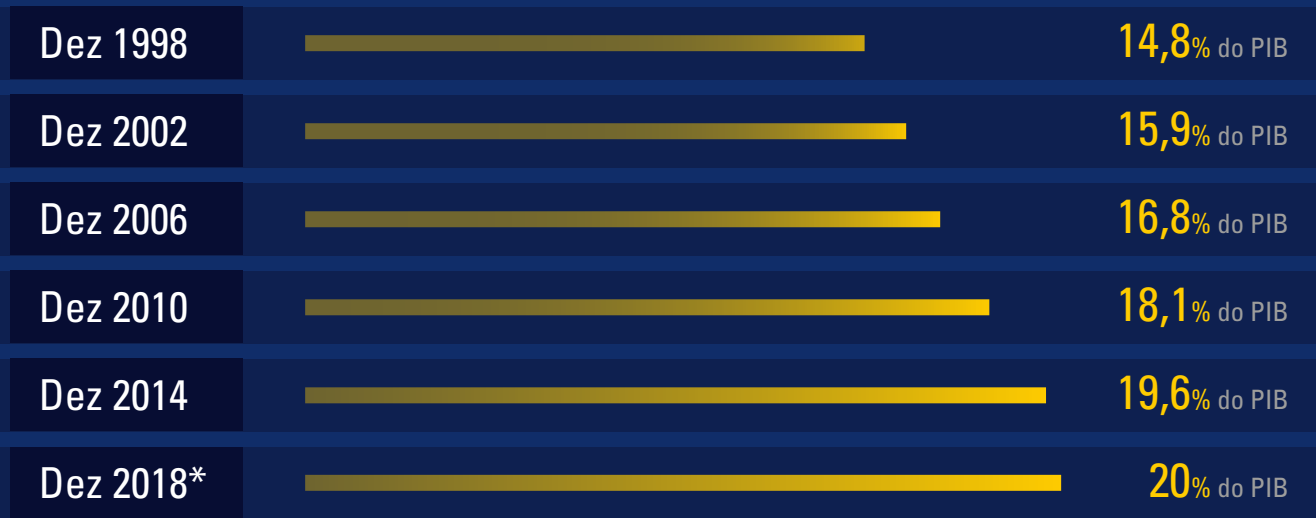
INDICADORES MOSTRAM A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO FISCAL, QUE EXIGIRÁ DO PRÓXIMO PILOTO DA POLÍTICA ECONÔMICA DETERMINAÇÃO, QUALIDADE TÉCNICA E HABILIDADE POLÍTICA

DÍVIDA BRUTA DO SETOR PÚBLICO PODE CHEGAR A QUASE 80% DO PIB EM 2019



* Projeções Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA EM RELAÇÃO AO PIB



* Estimativa Fonte: Ministério da Fazenda

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DO GOVERNO CENTRAL

em % da receita líquida Acumulado ao longo de 12 meses. Julho de 2018



* Estimativa Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO (EM R\$ BILHÕES)



* Janeiro a julho Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Déficit na previdência do setor privado se agravou com a crise econômica, já que a arrecadação caiu, enquanto os benefícios mantiveram-se em valores constantes

ESTÁ RUIM E PODE PIORAR

SEM REFORMAS, CONTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SE AGRAVARAM NOS ÚLTIMOS ANOS E GOVERNO FEDERAL AGORA PROJETA PARA 2019 DÉFICIT DE R\$ 308 BILHÕES

Sem ter conseguido aprovar a proposta de reforma da Previdência Social na Câmara dos Deputados, o governo estima que, neste ano, o déficit deverá chegar a R\$ 292 bilhões. Praticamente dois terços (R\$ 202 bilhões) vêm do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o outro terço (R\$ 90 bilhões) vem do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), responsável pelo pagamento dos servidores públicos federais civis e militares. Para 2019, a previsão é que esse déficit suba para R\$ 308 bilhões, segundo o Ministério do Planejamento.

Em 15 anos, entre 2003 e 2017, o déficit da Previdência Social registrou um crescimento de 411% em termos nominais, passando de R\$ 53 bilhões para R\$

269 bilhões, conforme dados da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Enquanto as despesas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões do setor privado, passaram de R\$ 75 bilhões para R\$ 557 bilhões, os gastos do RPPS subiram de R\$ 31 bilhões para R\$ 124 bilhões.

GASTOS ESMAGADOS

Quando se avalia o resultado entre 2003 e 2017, o déficit no regime geral, do setor privado, passou de R\$ 26 bilhões para R\$ 182 bilhões, o que dá um crescimento nominal de 591%. Enquanto isso, no regime do setor público, subiu

de R\$ 26 bilhões para R\$ 86 bilhões, alta de 229%. Embora o déficit da previdência de servidores públicos e de militares seja menor que o do regime geral, representa um custo proporcionalmente maior para os cofres públicos. Isso porque, segundo o Ministério do Planejamento, enquanto o sistema do setor privado atende a quase 30 milhões de pessoas, os regimes de servidores e militares beneficiam apenas 1 milhão de pessoas.

Esses números mostram, segundo o pesquisador Fábio Giambiagi, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que não é possível fazer o ajuste fiscal sem uma reforma do sistema previdenciário. "Ajuste fiscal hoje é sinônimo

de reforma da Previdência”, afirma ele. Essa reforma, contudo, só sairá se o novo presidente der prioridade ao tema em sua agenda legislativa e for capaz de reunir uma ampla coalização de partidos a favor da mudança das regras. Algo que os antecessores não conseguiram fazer, mas que tem maior probabilidade de ocorrer no início do mandato pelo efeito “lua de mel” que assegura maior apoio ao governo recém-eleito.

Em 2019, conforme estimativa do Ministério do Planejamento, as despesas previdenciárias do governo federal deverão somar R\$ 768 bilhões, equivalentes a 53% dos gastos totais

estimados em R\$ 1,438 trilhão. Esses gastos são três vezes mais que os recursos previstos para saúde, educação e segurança pública, de R\$ 228 bilhões, segundo cálculo da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Estudos do Banco Mundial (Bird) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que o Brasil é o país com população jovem que mais gasta com o pagamento de aposentadorias e pensões.

A proposta em discussão na Câmara dos Deputados prevê a exigência de uma idade mínima para aposentadoria de 62 anos para mulheres e de 65 anos

para os homens, somados a pelo menos 15 anos de contribuição. Hoje é possível se aposentar a qualquer idade desde que a pessoa tenha 35 anos de contribuição (se homem) ou 30 (se mulher); ou com idade mínima de 65 anos (homem) e 60 anos (mulher), com tempo mínimo de 15 anos de contribuição. A proposta enviada pelo presidente Michel Temer propunha idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e pelo menos 25 anos de contribuição.

Em relação ao valor inicial do benefício, a proposta da Câmara dos Deputados prevê 40 anos de contribuição para que fique próximo do teto, atualmente em R\$ 5.645,80. O valor

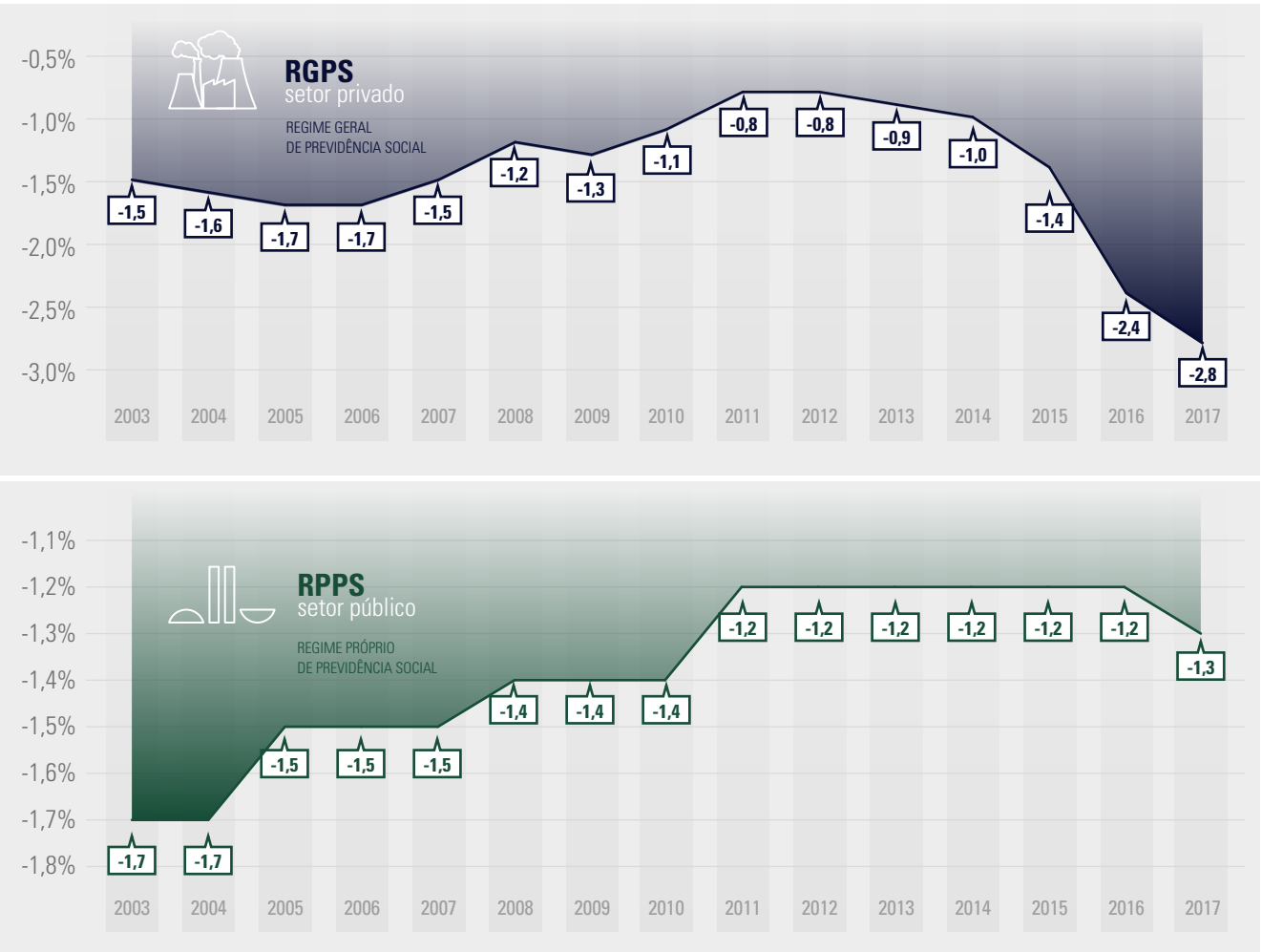
da aposentadoria corresponderá a 60% do valor médio dos salários do trabalhador, acrescidos de 1% para cada ano que superar 15 anos de contribuição, de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, de 2% para o que passar de 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos.

Atualmente, a regra para definir o valor da aposentadoria considera a soma da idade e do tempo de contribuição e deve totalizar 85 (se mulher) e 95 (se homem), respeitado o tempo mínimo de contribuição de 30 anos (para mulher) e 35 anos (para homem). O texto negociado na Câmara dos Deputados prevê, ainda, regras de transição, com a idade mínima de aposentadoria começando em 53 anos para mulheres e 55 anos para os homens. A partir de 2019, essa soma aumenta em um ano a cada dois anos, de modo a chegar a 90 (mulher) e 100 (homem) em 2027.

Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a reforma da Previdência deve ir além da fixação de uma idade mínima e das regras de acesso à aposentadoria e deve incluir a reformulação da gestão do sistema de concessão de benefícios (previdenciários e acidentários), assim como a harmonização das normas previdenciárias e de segurança e saúde do trabalho (SST). É preciso, também, permitir o acesso das empresas a informações sobre o empregado afastado e que o serviço médico da empresa subsidie a perícia médica do INSS.

Ainda segundo a CNI, é necessário padronizar os procedimentos adotados pelas agências do INSS na definição dos acidentes de trabalho, conferir segurança jurídica aos direitos e obrigações e garantir o direito de defesa das empresas. A entidade defende, ainda, que as alíquotas adicionais das aposentadorias especiais financiam apenas o tempo da redução da aposentadoria para que não se misturem os fundos de contribuições utilizados para custear a aposentadoria em atividade comum e para custear a aposentadoria em atividade especial.

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA EM RELAÇÃO AO PIB



CONHEÇA AS REGRAS ATUAIS PARA SE APOSENTAR NO SETOR PRIVADO

1 A SOMA DA IDADE E DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DEVE TOTALIZAR :

**85 ANOS**
SE MULHER

**95 ANOS**
SE HOMEM

2 NESSA CONTA, HÁ UM TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO DE:

**30 ANOS**
SE MULHER

**35 ANOS**
SE HOMEM

3 A REGRA 85/95 CHEGARÁ GRADUALMENTE A 90/100 EM 2027.

COM AJUSTES A CADA DOIS ANOS A PARTIR DE 2019



AJUSTE FISCAL GRADUAL MAS NECESSÁRIO

SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL, O ECONOMISTA MANSUETO ALMEIDA INDICA OS TRÊS DESAFIOS FISCAIS INEVITÁVEIS PARA O PRÓXIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A solução do problema fiscal que o Brasil passa atualmente, com um déficit primário estimado em R\$ 148 bilhões em 2018 e R\$ 110 bilhões em 2019, envolve três desafios: zerar esse rombo, o que deve exigir um esforço de aproximadamente R\$ 300 bilhões; fazer o ajuste pelo lado da despesa; e ajustar as contas dos estados e dos municípios. A opinião é de Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional. “Esse ajuste fiscal não precisa ocorrer em um ou dois anos. Ele pode ocorrer gradualmente e o mercado já aceitou um ajuste gradual”, afirma ele.

Quais são os principais desafios fiscais para o próximo governo?

São pelo menos três desafios. Primeiro, temos hoje um déficit primário perto de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e temos de transformar isso em um superávit primário de pelo menos 2% do PIB. Então estamos falando de um ajuste fiscal de 4 pontos do PIB, que é algo próximo de R\$ 300 bilhões. Esse ajuste fiscal não precisa ocorrer

em um ou dois anos. Ele pode ocorrer gradualmente e o mercado já aceitou um ajuste gradual. É importante para o próximo governo sinalizar que o ajuste fiscal vai continuar. Porque a melhoria que a gente conseguiu, ainda que com uma recuperação lenta da economia, depende da continuidade desse ajuste.

É qual o segundo desafio?

É fazer o ajuste pelo lado da despesa e não pelo lado da receita. Mesmo que parte dele venha em parte do aumento da arrecadação, de mais receita em função do crescimento da economia, eu acho que, ao contrário dos anos 1990, o ajuste agora tem de ser feito preponderantemente pelo lado da despesa. E não é fácil. Fazer o ajuste fiscal pelo lado da despesa significa, basicamente, cumprir o teto dos gastos, que é um ajuste duro, mas gradual. É duro porque o Brasil pós-Constituição nunca fez um ajuste fiscal cortando despesas, sempre foi aumentando receita. Cortar despesas parece que é simples, mas não é. Desde 2009, 2010, tem crescido muito a despesa

obrigatória. Vamos terminar esse ano com uma despesa discricionária na casa de R\$ 134 bilhões. A despesa obrigatória está consumindo 92% do orçamento e ela cresce quase que continuamente, sem perspectiva de se estabilizar.

O que precisa ser feito para estabilizar essa conta?

Para estabilizar temos de mexer em duas contas: a despesa com pessoal da ativa e a despesa com Previdência Social, tanto no Regime Geral de Previdência Social quanto no regime próprio do setor público. Precisamos ter um debate rápido e sério sobre a reforma da Previdência Social e sobre as despesas com pessoal porque a última vez que o setor público fez uma reforma administrativa foi na segunda metade dos anos 1990. Depois foram criadas algumas carreiras em que o pessoal que entra no início vai chegar ao topo com 35 anos, que é muito cedo. O salário de entrada do servidor público ficou muito alto. Em alguns casos, ele chega a ser o dobro do equivalente ao pago no setor privado. Precisa



Foto: Gustavo Raniere MF

Mansueto Almeida sugere uma revisão na estrutura das carreiras públicas

de uma reforma administrativa até mesmo para incentivar o progresso ao longo dos anos na carreira do setor público. Resumindo: é preciso um ajuste fiscal pesado, que não pode ocorrer pelo lado da receita, e uma reforma administrativa que envolva a redução do gasto com pessoal e a reforma da Previdência.

Qual é o terceiro desafio?

Será preciso também resolver a questão de estados e municípios, que estão muito longe de um ajuste fiscal. Apesar da crise, os dados mostram que mais de 20 estados tiveram crescimento real da despesa no ano passado. Por isso, o ajuste fiscal dos estados é uma outra necessidade. E a reforma fiscal nos estados passa também por uma reforma da Previdência. A reforma da Previdência do setor público é mais importante para os estados do que para o governo federal. Nos estados, dois terços dos inativos estão em regime especial, que permite a aposentadoria em torno de 50 anos. Esses são os principais desafios do ponto de vista fiscal.

Você considera possível avançar nisso em 2019?

O ajuste fiscal no mundo é uma combinação de duas coisas ou de uma das duas: ou aumenta a arrecadação ou corta despesas. Sendo muito pragmático: se a sociedade decidir que não quer cortar despesas na magnitude necessária para cumprir com o teto dos gastos, que significaria, em cinco anos, um corte em torno de cinco pontos do PIB, então a gente vai ter que ir para o aumento de carga tributária.

E as privatizações?

Podem ajudar, mas a discussão de concessão e privatização deve ser feita menos em vista do seu impacto fiscal e muito mais sob a perspectiva da eficiência. Tem muita gente que coloca a privatização como uma questão fiscal, mas na verdade deveria ser colocada como uma questão de eficiência. O que se espera do Estado é que proteja seus cidadãos, que garanta que uma pessoa na velhice não fique desamparada e que ofereça serviços públicos de qualidade.

É possível aprovar uma reforma administrativa?

A melhor forma de convencer as pessoas é um debate profundo, inclusive com comparações internacionais. Lá fora, dificilmente um servidor público chega ao topo da carreira com 35 anos. No Brasil, se a pessoa passa em um concurso aos 25 anos, é muito provável que aos 35 anos já tenha atingido o final da carreira. Daí para frente ele vai ficar lutando por aumento salarial. Há ainda algumas carreiras no serviço público federal em que o salário no início de carreira é R\$ 15 mil ou mais. Isso você não consegue no setor privado no início de carreira, exceto em casos isolados. Esse tipo de coisa está causando muita distorção. Outro exemplo é o auxílio-moradia para quem já tem imóvel. Isso não é auxílio-moradia, mas um ganho de renda adicional. Sei que é difícil, mas teremos de discutir isso enquanto sociedade. Só na área federal, o gasto anual com pessoal cresce em torno de R\$ 24 bilhões, apesar da crise econômica dos últimos anos. É preciso discutir isso sem paixão.

SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A PREVIDÊNCIA

RAUL VELLOSO EXPLICA SUA PROPOSTA DE REFORMA DE APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

É especialista em contas públicas, o economista Raul Velloso propõe transferir para um ente privado a dívida do setor público com o pagamento das aposentadorias dos servidores, retirando essa despesa do orçamento da União, dos estados e dos municípios. “A reorganização significará encontrar um jeito de fazer a previdência dos servidores públicos funcionar fora do orçamento. Para isso, o governo tem de resgatar a dívida que tem com essa previdência e vai ter de arranjar ativos e outros recebíveis para fazer um encontro de contas. Seria um tratamento de choque”, resume ele.

Nos anos 1990, o ajuste fiscal foi feito por meio do aumento de receitas. Repetir isso hoje parece mais difícil. Como equilibrar as contas públicas a partir de 2019?

Tudo vai depender do que o próximo presidente estiver disposto a fazer. O problema é que as alternativas que existem, as hipóteses de solução, são muito limitadas porque, do lado da arrecadação, é muito difícil pensar em criar novos impostos. E do lado do gasto, cerca de 90% das despesas são obrigatórias. Para mexer nos gastos obrigatórios é preciso mudar

algum tipo de lei, às vezes até a Constituição. Ou seja, depende do Congresso e normalmente há muita resistência a qualquer mudança de lei que signifique corte de gastos, porque quem for beneficiário do gasto vai resistir fortemente por meio dos seus representantes. Como o gasto discricionário é somente 10%, cada vez mais isso significa que também não há como cortar esse tipo de despesa. Então o único jeito é atacar o gasto obrigatório. A não ser que você faça algum tipo de reorganização da atividade que está por trás do gasto.

Como assim? Que tipo de reorganização ?

A reorganização é uma forma de você tentar retirar o gasto do orçamento público. Isso significa repensar como esse gasto poderá ser feito para ser por meio do orçamento público. Isso pode significar uma transferência da dívida para o domínio privado. E isso seguramente vai envolver mudança legislativa, o que sempre pode significar algum tipo de problema. No caso da União, passaria pelo Congresso Nacional e, no caso dos estados, pelas Assembleias Legislativas.

Mas como funcionaria essa reorganização?

A principal reorganização a fazer é do regime de previdência dos servidores públicos federais, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse regime tem um déficit muito elevado que é bancado diretamente pelos orçamentos públicos. E esse item tem um peso muito grande. A reorganização significará, nesse caso, encontrar um jeito de fazer a previdência dos servidores públicos funcionar fora do orçamento. Para isso, o governo tem de resgatar a dívida que tem com essa previdência e vai ter de arranjar ativos e outros recebíveis para fazer um encontro de contas com o RPPS, que passará a funcionar como se fosse um ente privado, fora do orçamento público. Com isso ele consegue se livrar desse grande abacaxi. Isso a gente chama também de acerto de estoques: você tem um estoque de dívidas e tem um estoque de ativos, patrimônio que o governo tem; vai lá e oferece para resgatar a dívida que ele tem. Quando isso for feito, o governo não vai mais precisar financiar o déficit da previdência dos servidores.

Foto: Divulgação

A dívida do setor público com a previdência de seus servidores é de R\$ 4 trilhões, diz Velloso

Seria criada uma espécie de fundo para pagar as aposentadorias dos servidores?

Sim, podemos chamar isso de um fundo de pensão, mas não de previdência complementar. Na hora em que o governo resgatar a dívida, esse fundo vai viver de contribuições dos seus beneficiários e do empregador, que é o governo. Assim o governo vai dar somente uma contribuição e não vai mais financiar o déficit total.

Como funcionaria isso? Haveria alguma transição?

Não haveria necessidade de transição. Aprovada essa mudança, seria somente o tempo de localizar os ativos e outros recebíveis que o governo pode ter a receber e localizar, identificar e entregar ao novo fundo que vai ser criado.

Que tipo de ativo poderia entrar nesse fundo?

Ações de empresas, por exemplo. Recebíveis do governo em geral. É o caso, por exemplo, dos chamados créditos da dívida ativa, que é dinheiro que o governo tem a receber de contribuintes que não pagaram no momento que deviam ter pago. Esse crédito pode ser transferido para o fundo

de pensão. O governo pode transferir imóveis, o que permitirá ao fundo ganhar dinheiro alugando e gerindo esses imóveis.

Isso seria suficiente para ajustar as contas públicas? Muitos especialistas falam também sobre a necessidade de reduzir despesas e até uma reforma administrativa.

Isso também ajuda. Estou falando de uma coisa que tem um impacto grande e resolveria imediatamente, mas isso tem de ser complementado com medidas de gestão. O que eu falei antes é um tratamento de choque.

Essa reorganização poderia ser feita em um ano?

Se o governo for razoavelmente eficaz, faz essa mudança em um ano.

E haveria apoio no Congresso para isso?

Essa mudança vai depender muito pouco do Congresso. Acredito que haverá apoio porque o maior interessado serão os servidores, que hoje têm um regime que não é sustentável e passarão a ter um regime com sustentabilidade. Imagina a situação do Banco do Brasil lá atrás quando criou a Previ. É

exatamente isso: os maiores interessados eram exatamente os funcionários.

Isso eliminaria a necessidade de uma mudança no Regime Geral de Previdência Social?

São duas coisas separadas. A reforma do RGPS é sempre necessária como uma atividade permanente porque o tempo todo é preciso ajustar os parâmetros, as regras dos regimes previdenciários à evolução demográfica. Afinal, as pessoas estão vivendo mais e se tem de criar uma idade mínima mais alta para a aposentadoria quando ela já existe. E quando não existe, como é o caso no RGPS, ela tem de ser criada. E tem de ser ajustada sempre, como o controle de gastos com pessoal. Toda empresa atua sempre no sentido de economizar despesa com pessoal. Sempre há algo a fazer.

Qual seria o custo dessa reorganização?

Isso vai depender do custo atuarial de cada regime. Somando os passivos atuariais da União e dos estados, é algo da ordem de R\$ 4 trilhões, segundo estimativa do próprio governo.

E há ativos para cobrir esse valor?
Acredito que sim.

CNI SUGERE PRIORIDADES AO FUTURO GOVERNO

Em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, no dia 19 de setembro, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, enfatizou a responsabilidade do próximo presidente da República. Para ele, três tarefas serão imprescindíveis ao novo chefe do Executivo: combater o déficit nas contas públicas – o que implica viabilizar a reforma da Previdência Social –, aumentar a competitividade da economia e negociar a formação de consensos no Congresso Nacional. Para ele, se o próximo presidente não tiver êxito nessa frente tripla, o país dificilmente voltará a crescer e o desemprego permanecerá alto. “O desafio que irá se impor nos quatros anos seguintes será árduo e demandará pragmatismo”, defendeu Robson Braga, em seu artigo.



Foto: gettyimage



Foto: gettyimage

SENAI E UNIVERSIDADE NO CEARÁ PREPARAM CONSTRUÇÃO DE FOGUETE

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) tornaram-se parceiros na construção de um foguete espacial. O convênio entre as duas instituições foi assinado no último dia 18 de setembro. A iniciativa inédita visa ao desenvolvimento de tecnologia aeroespacial e à interação tecnológica entre as entidades. Pelo acordo, a UFC fica responsável pela pesquisa e engenharia e o SENAI-Ceará cuida da execução do projeto e construção colaborativa das peças que compõem o foguete, denominado Hermes-1. A ideia é que o foguete brasileiro possa colocar em órbita satélites usados em meteorologia, por exemplo. Os estudantes das duas instituições participam de várias etapas do projeto, da concepção ao lançamento do foguete, que, embora não tenha data marcada, será realizado no Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI), em Parnamirim (RN).

SESI PARTICIPA DO EDUCAÇÃO 360, DOS JORNAIS O GLOBO E EXTRA

O Serviço Social da Indústria (SESI) foi uma das instituições participantes da quinta edição do evento *Educação 360*, promovido pelos jornais O Globo e Extra, no Rio de Janeiro, nos dias 24 e 25 de setembro. O encontro internacional reuniu educadores, especialistas e estudantes que vivenciam e pensam a educação sob diferentes pontos de vista. O diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi, defendeu uma mudança no sistema educacional para que os jovens adquiram as novas competências e habilidades requeridas pela quarta revolução industrial.



Foto: Divulgação



COMUNICAÇÃO DA CNI É DAS MELHORES DO PAÍS

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu o prêmio *Empresas que melhor se comunicam com jornalistas*, edição 2018, na categoria “Entidades de classe”. A cerimônia ocorreu em São Paulo, no dia 10 de setembro. A seleção dos vencedores foi feita por profissionais do mercado. Ao todo, 25 mil jornalistas de todo o Brasil escolheram as empresas que consideram ter o melhor atendimento à imprensa. O prêmio é promovido pelo Centro de Estudos do Campo da Comunicação (CECOM), que faz parte da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em parceria com a revista *Negócios da Comunicação*.

Foto: Divulgação

CNI RECORRE AO STF CONTRA INDENIZAÇÃO DO VALE-PEDÁGIO

A CNI protocolou, no início de outubro, ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei nº 10.209/2001, que instituiu indenização relativa ao não recolhimento do vale-pedágio. A CNI pediu liminar para que a cobrança fique suspensa até a decisão definitiva da Corte. A entidade contesta a indenização equivalente a duas vezes o valor do frete a ser pago pelo embarcador em favor do transportador, caso o vale-pedágio não seja recolhido antecipadamente. O vale-pedágio obrigatório estabelece que os embarcadores são responsáveis pelo pagamento antecipado do pedágio. A obrigação foi criada sob o argumento de desonerar o transportador do pagamento da tarifa.



Foto: gettyimage

COALIZÃO PELO SANEAMENTO

CNI E ENTIDADES DO SETOR ESTÃO MOBILIZADAS PARA DEFENDER A APROVAÇÃO, PELO CONGRESSO NACIONAL, DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE DEU NOVOS PODERES À AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E PODE ALAVANCAR OS INVESTIMENTOS

Na infraestrutura brasileira, o setor com maior déficit de atendimento e maiores desafios de expansão é o de saneamento. Pouco mais da metade da população – 57% – tem acesso ao serviço de coleta de esgoto e apenas 45% do esgoto gerado é tratado. Para reverter esse quadro, o governo federal editou a Medida Provisória nº 844, que alterou o marco regulatório do setor a fim de estabelecer regras mais claras para o funcionamento desse mercado, gerar novos investimentos e promover maior concorrência.

A MP tornou a Agência Nacional de Águas (ANA) responsável pelo estabelecimento de normas de referência nacional na prestação dos serviços

públicos de saneamento básico. Segundo Ilana Ferreira, especialista em infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), esse ponto é relevante para aumentar a segurança jurídica do setor. Além disso, a medida deu à ANA melhores condições de atuação.

Muitas das agências regulatórias existentes na área de saneamento apresentam estrutura insuficiente e não atendem aos requisitos mínimos para o desenvolvimento de uma regulação adequada, como os de autonomia decisória, independência financeira e quadro técnico capacitado. Segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), no Brasil, até o final de 2017, havia 49 agências reguladoras de

saneamento básico. Essas agências regulam cerca de 2.906 municípios, o equivalente a 52,2% das cidades brasileiras.

De acordo com Ilana, a MP reorganizou a estrutura regulatória do setor ao estabelecer a competência para uma agência reguladora federal definir diretrizes para o saneamento no país. Essa decisão, segundo ela, cria incentivos para uma melhora na qualidade regulatória da prestação de serviços públicos de saneamento.

“Essa ação é imprescindível porque você dá qualidade regulatória ao setor como um todo, melhorando a segurança jurídica, o atendimento para a sociedade e a atratividade dos investimentos”, afirmou Ilana.

Medida provisória precisa ser votada até o dia 19 de novembro para que novas regras não percam validade



Foto: Miguel Angelo
Gesner Oliveira sugere maior participação do setor privado.

A medida estabelece, ainda, a necessidade de chamamento público com vistas a angariar propostas de manifestação de interesse mais eficientes e vantajosas para a prestação descentralizada dos serviços públicos de saneamento. O texto da MP permite o aumento da participação privada no setor e reduz o uso equivocado dos subsídios cruzados territoriais, estimulando a eficiência e a expansão dos serviços. Presidente-executivo do Instituto Trata Brasil, Edison Carlos diz que a MP é resultado de uma série de reivindicações que o próprio setor vinha fazendo ao governo. A Casa Civil reuniu representantes da área para discutir

mudanças no marco regulatório do saneamento que, até a publicação da MP, não tinha regras claras e adequadas. Atualmente, o setor privado investe, proporcionalmente, mais do que as companhias públicas. Apesar de atender a 9% da população, o setor privado é responsável por 20% do investimento no país. Segundo Percy Soares Neto, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), com as mudanças previstas pela MP, o investimento privado vai aumentar. “O que a gente imagina é que essa fatia de mercado vai subir e

na mesma proporção ou mais o investimento”, afirmou. Soares Neto afirmou, ainda, que o setor privado tem todas as condições para contribuir com o cumprimento das metas de universalização do saneamento. Para alcançar as metas para 2033 de universalização de serviços estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plan-sab), o Brasil precisaria aumentar em 62% o volume de investimentos. A média anual de investimentos no período entre 2010 e 2017 foi de R\$ 13,6 bilhões. Segundo estudo da CNI, a média necessária para alcançar a universalização em 2033 é de quase R\$ 22 bilhões ao ano.

SETOR PÚBLICO NÃO DÁ CONTA

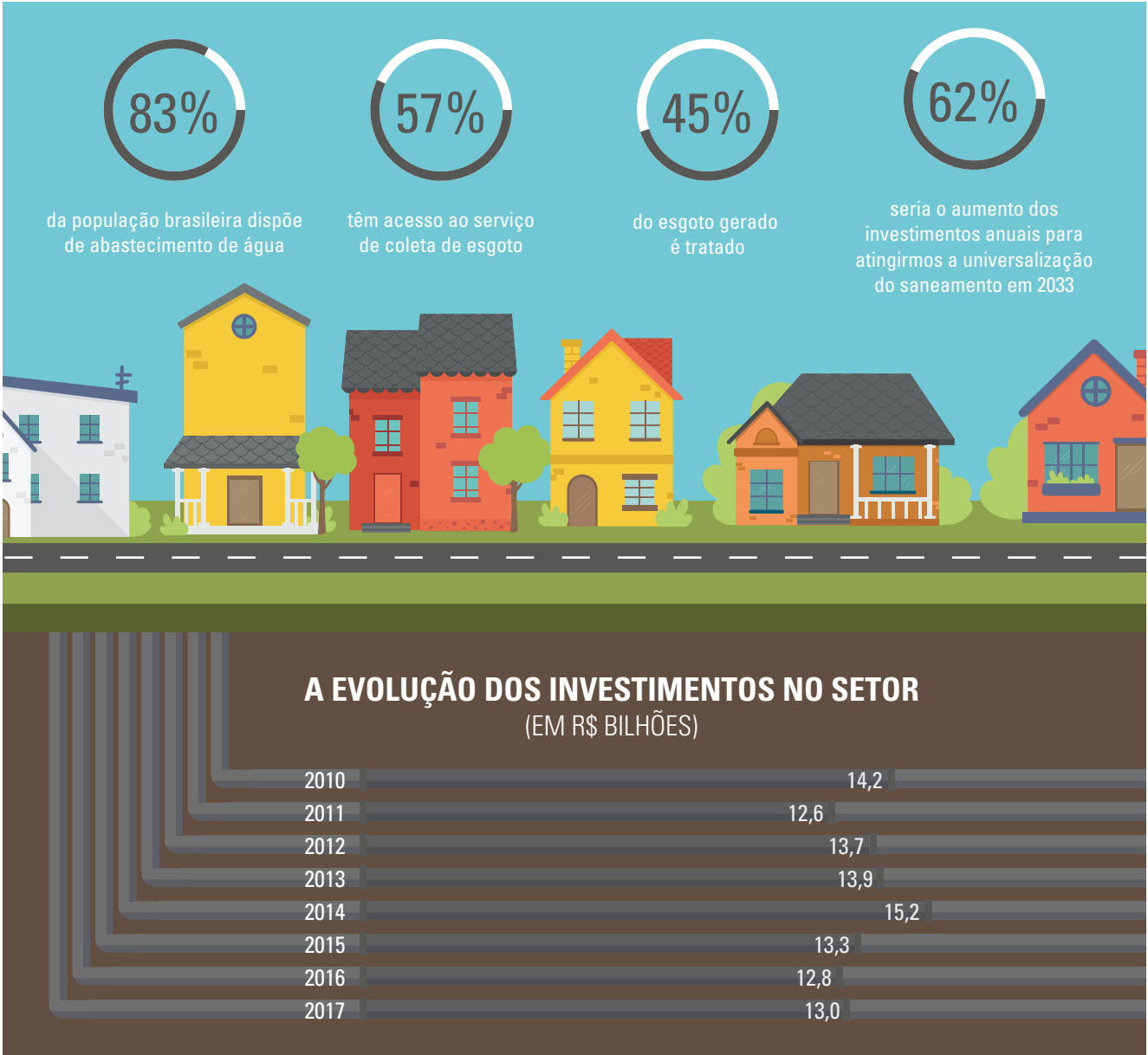
“O setor público sozinho não vai dar conta. Está mais do que claro que essas empresas, nesse formato, não vão dar conta do recado, por isso que a gente fala que é importante a participação do setor privado. O setor privado não tem as mesmas amarras do setor público”, afirmou Edison Carlos. “É uma questão matemática: se queremos universalizar, é essencial que o setor privado entre com mais força”, opina. Para o especialista em saneamento Gesner Oliveira, sócio-executivo da GO Associados e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV/SP), dar tamanho salto, no entanto, exige profundas mudanças no modelo em vigor. “A iniciativa privada tem um papel fundamental. Tem capacidade de obter financiamento e capital para investimento. É algo que os municípios não têm e que a maioria das empresas públicas também não tem”, avalia Oliveira. Por isso, segundo ele, é fundamental que haja a participação do setor privado nas diferentes modalidades de parceria, seja no financiamento, na operação, na manutenção, na introdução de inovação ou na parte comercial para ampliar a oferta de serviços. “Não dá para pensar no saneamento, no salto de investimento necessário, sem o setor privado”,

conclui o especialista, que já foi presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A MP precisa ser votada até 19 de novembro; caso contrário, perde efetividade. Segundo Soares Neto, o setor de saneamento está mobilizado para, logo após as eleições, convencer os parlamentares sobre a importância da aprovação da MP. “As operadoras privadas de saneamento não estão medindo esforços para

criar a maior coalizão possível no âmbito da sociedade para o apoio à aprovação da MP”, diz o diretor da Abcon. “Temos conversado com os parlamentares nesse período eleitoral e com setores organizados da sociedade, principalmente aqueles com uma visão mais progressista e moderna de regulação no sentido de levar para eles a importância da medida provisória para reverter a situação crítica do saneamento no país. O cenário é difícil, mas não estamos medindo esforços”, revela.

Edison Carlos, do Trata Brasil, diz esperar que prevaleça o bom senso e que o governo consiga chamar todas as entidades para conversar e tentar encontrar uma saída. “O Brasil não pode perder tanto tempo assim nessas discussões atrasadas que não levam a nada. A gente já teve essa discussão no setor elétrico, no setor de telecomunicações, de novo no setor de saneamento, discutindo se o setor privado é ou não importante”, reclama o dirigente.

O SANEAMENTO NO BRASIL



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2018)

COMBATE AO CUSTO BRASIL

CNI CONSIDERA ILEGAL A COBRANÇA DE SETE TAXAS QUE INCIDEM SOBRE OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

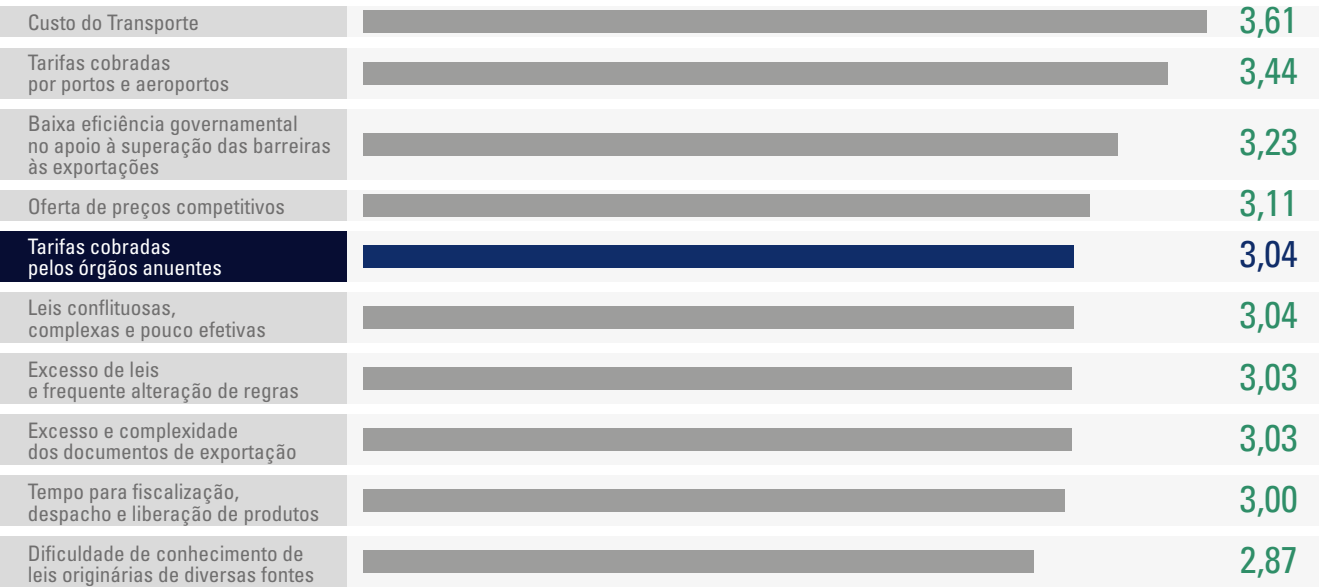
Estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no âmbito do Fórum de Competitividade das Exportações, questiona a legalidade de sete taxas cobradas no Brasil em operações de importação e exportação. Essas taxas representam custos adicionais que estão afetando diretamente a produtividade das

empresas e inibindo a competitividade dos produtos brasileiros. Os problemas apontados pelo estudo vão desde a cobrança de valores desproporcionais ao custo dos serviços prestados pelo Estado brasileiro, passando pela aplicação de taxas sobre produtos que nem mesmo precisam passar por controle, até o reajuste abusivo de encargos.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a cobrança das taxas representa um peso excessivo para os exportadores. “Essas taxas compõem o custo Brasil, dificultam as exportações e reduzem a produtividade das empresas. Com isso deixamos de crescer e gerar empregos”, afirmou.

O QUE MAIS ATRAPALHA OS EXPORTADORES

Pesquisa com 847 empresas mostra incômodo numa escala de 1 a 5, sendo que “1” indica que o entrave é pouco crítico e “5” que o entrave é muito crítico



CNI questiona no STF, por exemplo, a cobrança da Taxa do Siscomex, cujo valor aumentou por decisão infralegal e em porcentagem abusiva

Fonte: Desafio à Competitividade das Exportações Brasileiras (CNI, 2016)

Opinião semelhante tem Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT) e da Coalizão Empresarial para a Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB), para quem as taxas prejudicam a competitividade do produto brasileiro no exterior.

“Essa questão das taxas faz parte do custo Brasil. O país tem uma miríade de impostos, taxas e contribuições que vão na contramão da competitividade interna e internacional e oneram o produto ou serviço brasileiro, reduzindo nossa capacidade de enfrentar os produtos que vêm de fora e de colocar nossos produtos e serviços no mercado mundial”, diz Pimentel.

As taxas questionadas pela CNI são recolhidas pelos órgãos anuentes,

aqueles responsáveis por liberar as operações de importação e exportação. Sem alternativa, as empresas brasileiras precisam arcar com esse custo, que pode chegar a ser abusivo. Segundo a pesquisa *Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras*, as tarifas cobradas por órgãos anuentes figuram entre os principais entraves aduaneiros identificados por empresas exportadoras.

ESTUDO AMPLO

“Dentro de um estudo amplo, identificamos que, em alguns casos, os órgãos não respeitam normas internacionais e nacionais e acabam transformando a cobrança de tarifas e encargos em uma espécie de imposto.

Encontramos sete casos que consideramos mais expressivos e que prejudicam a competitividade das empresas”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

Uma das cobranças questionáveis diz respeito à Taxa de Emissão de Licença para Veículos, Motores ou Máquinas (LCVM) importados. Ela é cobrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na emissão de autorização para importação de certos veículos e máquinas. A fórmula de cálculo inclui um custo extra relacionado ao número de veículos importados.

De acordo com o estudo da CNI, não há proporcionalidade na cobrança da taxa, pois não há um teto definido para ela. Segundo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a cobrança de taxas deve ser limitada ao custo aproximado dos serviços prestados. No caso do Ibama, um agravante é que o órgão não cobra apenas a taxa de emissão da licença, como também uma taxa de valor semelhante para emitir certidão de dispensa dessa licença.

RECOMENDAÇÃO DA OMC

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por sua vez, cobra a Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS) no ato da importação e em outros procedimentos relativos a produtos sujeitos a controle sanitário. A taxa é calculada em valores fixos, com descontos de 15%, 30%, 60%, 90% ou 95%, conforme o valor do faturamento anual das empresas. De acordo com a CNI, há uma incompatibilidade em relação ao princípio da proporcionalidade, uma vez que a taxa é cobrada segundo o porte da empresa, e não proporcionalmente ao custo dos serviços de fiscalização envolvidos, como o recomendado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outro caso identificado e que já está na Justiça, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), é a Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), cobrada pela Receita Federal. Ela é

aplicada no ato de registro da Declaração de Importação no Siscomex.

Quando criada, em 1998, a Taxa Siscomex custava R\$ 30 por declaração de importação e R\$ 10 para cada adição de mercadorias. A legislação previu que os valores poderiam ser reajustados anualmente, conforme a variação dos custos de operação e dos investimentos do Siscomex. Em 2011, a taxa foi elevada para R\$ 185 (516%) por declaração, por meio de portaria do Ministério da Fazenda e de instrução normativa da Receita.

O estudo da CNI questiona que o reajuste ocorreu por norma infralegal – o que contraria acórdão do STF para casos em que não há padrões máximos

para a fixação do tributo – e foi abusivo, de mais de 500%. Questiona-se também a proporcionalidade da taxa em relação ao serviço prestado.

A CNI encaminhou os questionamentos aos respectivos órgãos anuentes e trabalha junto ao governo para alterar esses encargos. A sugestão da entidade é que a maioria das taxas seja eliminada ou que sua forma de cobrança seja alterada. A ideia é que o Brasil não fique exposto a questionamentos por outros países no âmbito da OMC, podendo haver, ainda, discussões no próprio Judiciário brasileiro, com base em normas internas e internacionais.

No caso da taxa Siscomex, a sugestão é que seja revisto o aumento

anunciado em 2011 por declaração de importação e por adição de mercadorias a essa declaração. Além disso, propõe-se que os recursos oriundos da taxa Siscomex sejam destinados exclusivamente ao aperfeiçoamento da fiscalização aduaneira e à modernização do comércio exterior. Eles podem ser investidos, por exemplo, na ampliação do Portal Único de Comércio Exterior.

Hoje, esses recursos são destinados, entre outras finalidades, ao funcionamento de Conselhos de Contribuintes ou a projetos e atividades não relacionados estritamente ao exercício do poder de polícia, ou à prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, o que contraria o artigo 145 da Constituição Federal.

SAIBA QUAIS SÃO OS SETE OBSTÁCULOS QUESTIONADOS PELA CNI

ANEEL



TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Taxa incidente sobre a importação de energia elétrica, calculada à alíquota de 0,4% sobre o valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário.

RECEITA FEDERAL



TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR

Taxa cobrada no ato de registro da Declaração de Importação no Siscomex.

IBAMA



TAXA DE EMISSÃO DE LICENÇA PARA VEÍCULOS, MOTORES OU MÁQUINAS

Autorização para importação de certos veículos e máquinas. A fórmula inclui um custo extra relacionado ao número de veículos importados.

TAXA PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA IMPORTAÇÃO DE MERCÚRIO METÁLICO.

A fórmula de cálculo inclui, como uma de suas variáveis, a quantidade de mercúrio metálico.

ANCINE



CONDECINE REMESSA

Cobrança de alíquota de 11% sobre a remessa ao exterior de importâncias relativas a rendimentos decorrentes da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR



TAXA DE LICENCIAMENTO E CONTROLE

Taxa de autorização para importação de materiais radioativos e nucleares calculada à alíquota de 0,5% (matérias-primas e minerais) ou 1% (fontes radioativas).

ANVISA



TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Cobrada no ato da importação e em outros procedimentos com produtos sujeitos a controle sanitário. A taxa tem descontos de 15% a 95%, conforme o faturamento anual da empresa.



Abijaodi diz que órgãos não respeitam normas internacionais e nacionais

DÓLAR E GREVE PRESSIONAM CUSTOS INDUSTRIAIS

FORTE DESVALORIZAÇÃO DO REAL E GREVE POR TABELAMENTO DO FRETE FAZEM CUSTOS DA INDÚSTRIA SUBIREM NO MAIOR RITMO TRIMESTRAL DESDE 2015

Em 30 de maio, após o dólar alcançar R\$ 3,73, a moeda brasileira amargava a maior desvalorização mensal em quase três anos. No mesmo dia, chegava ao fim a greve dos caminhoneiros, movimento que desarranjou a economia a tal ponto que a inflação de junho, de 1,27%, foi a mais alta para o mês desde 1995. Além de pesar no bolso do consumidor, esses fatores pioraram também as contas do setor produtivo, com alta de 3,7% nos custos da indústria no segundo trimestre, ante o trimestre anterior.

Essa foi a maior alta no comparativo desde o fim de 2015, de acordo com a pesquisa *Indicador de Custos Industriais*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que analisa o comportamento dos principais componentes dos custos do setor. No período, o estudo mostra que a pressão não foi generalizada, com alívio nos índices de custo de capital de giro (-3,8%) – a nona retração seguida – e

de custo tributário (-1,7%), que recuaram em relação ao primeiro trimestre, mas em ritmo insuficiente para compensar a alta dos demais fatores.

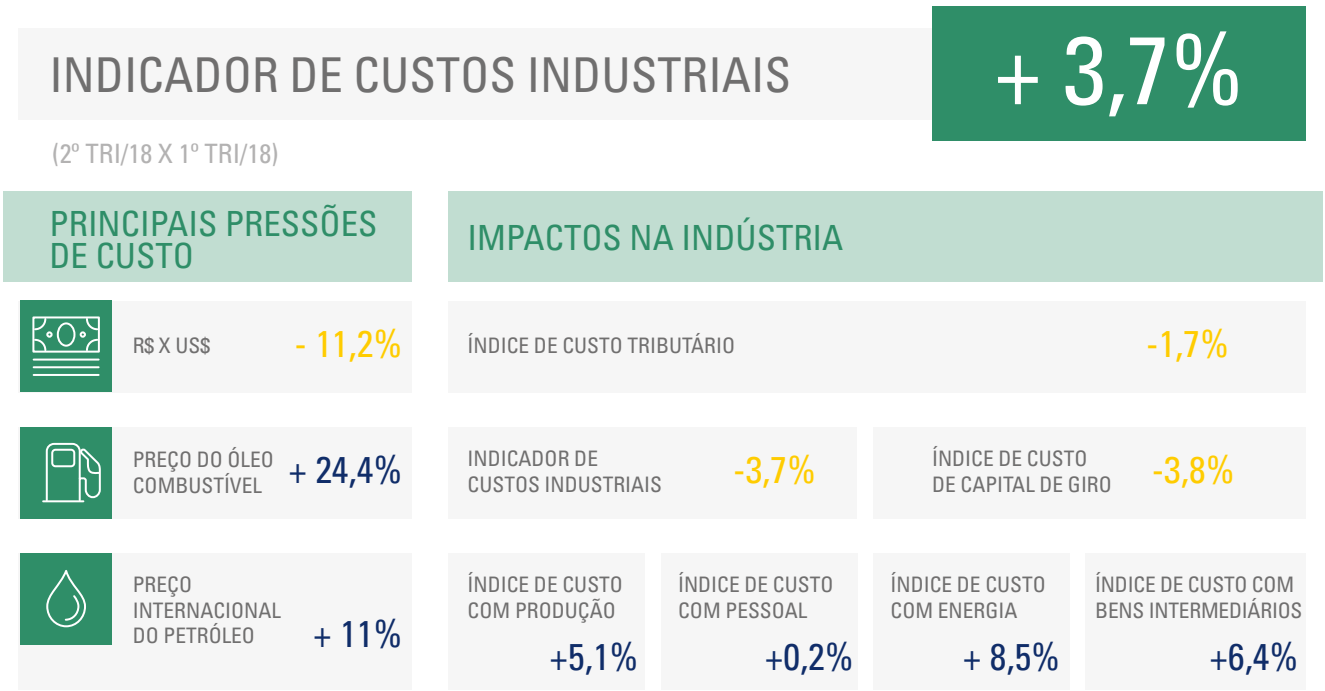
O primeiro deles foi o efeito câmbio. Com a perda de 11,2% de força da moeda brasileira, no segundo trimestre, o preço do óleo combustível acumulou alta de 24,4% no período, exacerbada pelo aumento de 11% no preço internacional do petróleo. Tais fatores contribuíram para um aumento de 8,5% no custo de energia para a indústria. Outro efeito da desvalorização do real foi o aumento dos custos dos bens intermediários importados pela indústria, que chegou a 15,2%.

Além de ficar mais caro produzir com componentes estrangeiros, os bens intermediários de fabricação nacional também impactaram os custos da indústria. A causa desse aumento foi a greve dos caminhoneiros que, ao paralisar o fluxo

de mercadorias no país, causou escassez de produtos e alta de 4,9% nos custos dos bens intermediários domésticos. “Essa foi a maior variação desde o quarto trimestre de 2015 e foi influenciada pela escassez de produtos provocada pela greve, além do aumento do custo de transporte decorrente do tabelamento do frete”, analisa o estudo.

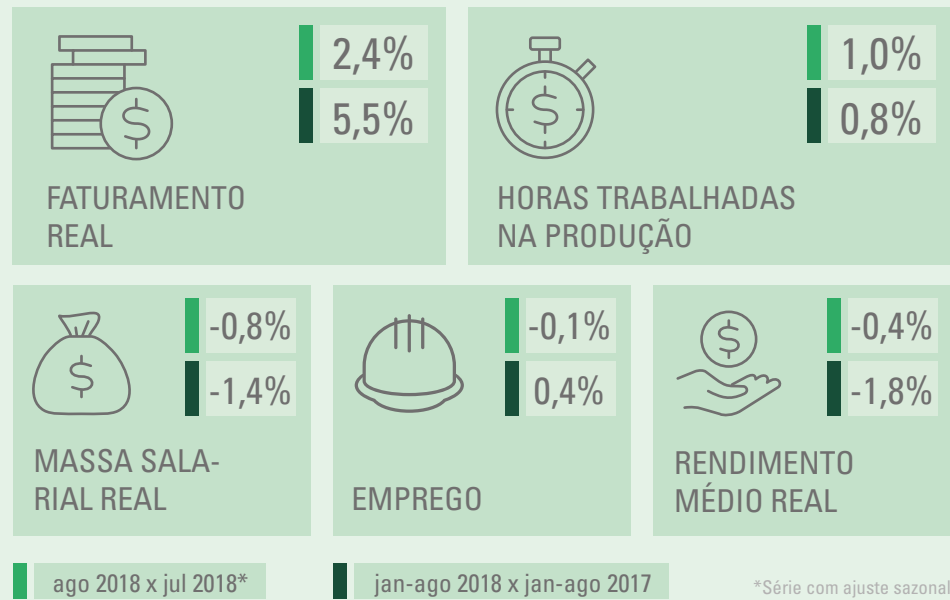
Apesar da alta dos custos industriais, o setor conseguiu manter a lucratividade no trimestre. Isso se deu com o aumento de 3,8% nos preços dos manufaturados, demonstrando que o mercado assimilou o repasse para o consumidor. A forte valorização do dólar ante o real também abriu oportunidades de negócios para fornecedores nacionais. Com o concorrente importado 13,6% mais caro, segundo o estudo, os componentes nacionais ganharam competitividade e se tornaram mais atrativos para a indústria brasileira.

ENTENDA AS RAZÕES PARA O AUMENTO DO CUSTO INDUSTRIAL



Sinais trocados na recuperação da indústria

Apesar de faturamento subir, fragilidades no mercado de trabalho permanecem



FATURAMENTO SOBE, EMPREGO PATINA

O desempenho da indústria, em agosto, confirma as dificuldades do setor em engrenar uma retomada consistente. Segundo a pesquisa *Indicadores Industriais*, apenas o faturamento do setor demonstra tendência clara de reação: o indicador cresceu 2,8% frente a julho, na série com ajuste sazonal, e registra alta de 5,5% no acumulado do ano. No mesmo sentido, as horas trabalhadas na produção subiram 1,0% e a utilização da capacidade instalada cresceu 0,5 ponto percentual. Na contramão, houve queda no emprego (-0,1%), na massa salarial (-0,8%) e no rendimento médio real (-0,4%).

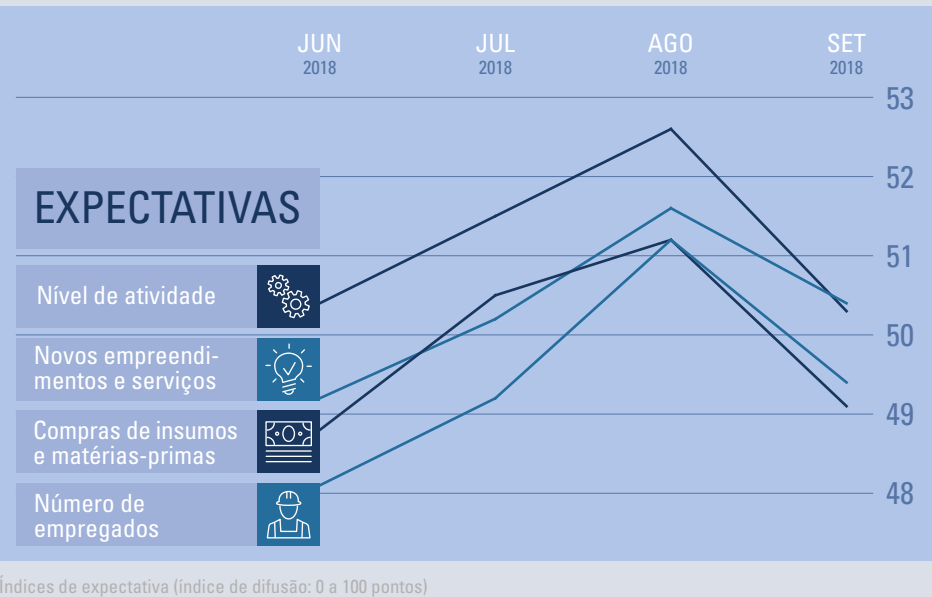
Fonte: Indicadores Industriais – Ano 26 – Número 8 – Agosto 2018

CONFIANÇA DÁ LUGAR AO CETICISMO

Incertezas sobre a economia, associadas à disputa eleitoral, contribuíram para a piora das expectativas da construção civil. Segundo a *Sondagem Indústria da Construção*, o otimismo do setor deu lugar ao ceticismo quanto aos próximos seis meses. Em setembro, todos os indicadores de expectativas recuaram frente a agosto: o de nível de atividade recuou 2,3 pontos; o de novos empreendimentos caiu 1,2 ponto; o de matérias-primas apresentou queda de 2,1 pontos; e o de número de empregados diminuiu 1,8 ponto. Indicadores acima de 50 pontos indicam otimismo e abaixo dessa marca sugerem pessimismo.

Expectativas em queda na construção civil

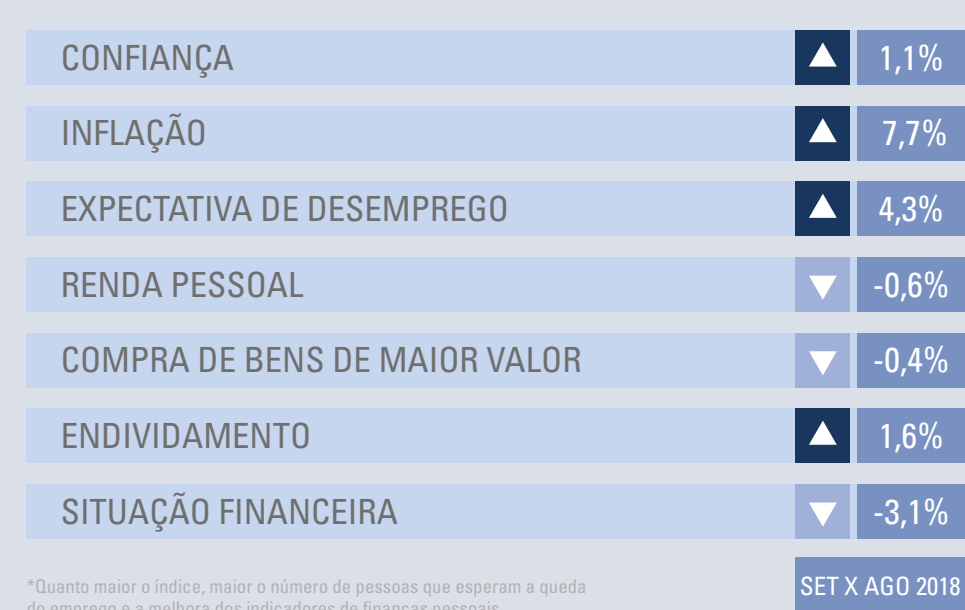
Perspectivas crescentes de melhora foram interrompidas em setembro



Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 8 – Agosto de 2018

A variação nos componentes do INEC

Brasileiro otimista com inflação e emprego



*Quanto maior o índice, maior o número de pessoas que esperam a queda do emprego e a melhora dos indicadores de finanças pessoais

Fonte: INEC – Ano 20 – Número 9 – Setembro 2018

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR RECUPERA NÍVEL DE 2014

A confiança do consumidor subiu pela terceira vez consecutiva, em setembro, e o Índice Nacional de Confiança do Consumidor (INEC) registrou o maior nível desde dezembro de 2014. Aos 105,9 pontos, o INEC acumula alta de 7,7% no terceiro trimestre. Apesar do avanço, o indicador permanece abaixo da média histórica de 107,7 pontos, o que sinaliza que os brasileiros estão menos otimistas que o habitual. O aumento da confiança se deveu a melhores expectativas em relação à trajetória da inflação, do desemprego e de endividamento das famílias.

CENÁRIO ECONÔMICO FREIA OTIMISMO DA INDÚSTRIA

O otimismo do empresário da indústria voltou a recuar, em setembro, após dois meses em recuperação. Segundo o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI), o indicador ficou em 52,8 pontos após queda de 0,5 ponto, frente a agosto – a marca de 50 pontos separa o otimismo do pessimismo. O ICEI encontra-se 1,3 ponto abaixo da média histórica. A oscilação se deve à piora da percepção do empresário tanto em relação às condições atuais – recuo de 0,5 ponto, para 46,7 pontos –, quanto às condições futuras da economia e da própria empresa – queda de 0,4 ponto, para 55,9 pontos.

Piora nas condições atuais e futuras

Empresário da indústria menos otimista com próximos meses



Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam situação melhor ou expectativa otimista.

Fonte: ICEI – Ano 20 – Número 9 – Setembro 2018



Foto: divulgação

SENAI NO PARÁ QUALIFICA 40 DETENTOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Pará entregou a 40 detentos o certificado do curso de capacitação em construção civil, no início do mês de outubro. Com duração de 260 horas, o curso abordou os principais processos do trabalho da construção civil, como acabamento, ferragem, carpintaria, instalação elétrica, hidráulica e pintura. Durante os três meses de curso, os internos aprenderam de maneira prática a construir, dentro da unidade prisional, uma brinquedoteca para ser usada por seus filhos em dias de visita, uma sala de aula, além de reformas em alojamentos e em outros espaços.

INDÚSTRIA DE MATO GROSSO AUMENTA UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA

A indústria mato-grossense vem aumentando a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) de acordo com a mais recente *Sondagem Industrial de Mato Grosso*. Em janeiro, o índice estava em 58%, em junho chegou à 67% e em agosto o nível estava em 72% - o segundo mais alto de toda série histórica, ficando abaixo apenas dos 73% registrados em outubro de 2013. As médias e grandes empresas foram as que mais utilizaram sua capacidade instalada (75%). A pesquisa mostrou, ainda, que a produção industrial de Mato Grosso registrou 55,7 pontos, 1,6 ponto superior à produção nacional.



Foto: shutterstock

SESI EM ALAGOAS TEM PROJETO PARA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

O Serviço Social da Indústria (SESI) em Alagoas vai implantar a metodologia *Nova Educação de Jovens e Adultos* (EJA) para trabalhadores da empresa Fika Frio. O convênio foi assinado no último dia 4 de outubro entre os representantes da empresa e a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. As aulas ocorrerão semanalmente, na sede da empresa, o que permite maior engajamento do aluno e participação da empresa parceira. O novo método valoriza a aprendizagem por meio do reconhecimento de saberes, além de incentivar projetos voltados para o mundo do trabalho.



Foto: shutterstock

EMPRESAS CATARINENSES PARTICIPAM DE ENCONTRO SOBRE EXPORTAÇÃO AOS EUA

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) recebeu, no último dia 5 de outubro, especialistas do *SelectUSA* para orientar empresas que planejam exportar para os Estados Unidos. O *SelectUSA* é um programa do governo americano que auxilia empresas daquele país a estabelecer parcerias com firmas estrangeiras, assim como auxilia estas a desenvolverem projetos de internacionalização nos Estados Unidos. Desde o lançamento do programa, em 2015, 750 companhias brasileiras já participaram da iniciativa. A FIESC acredita que as empresas catarinenses têm potencial para aumentar a relação com os EUA. No ano passado, a exportação entre o estado e o país norte-americano cresceu 11,9%.

Foto: shutterstock

FEDERAÇÃO DO SERGIPE SUGERIR PRIORIDADES PARA FUTURO GOVERNADOR

A Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) elencou prioridades para o próximo governador daquela unidade da federação. De acordo com o documento *Propostas da Indústria 2018*, divulgado em setembro deste ano, a próxima gestão estadual deve se preocupar em atrair novas indústrias e, por consequência, aumentar o número de vagas no mercado de trabalho. Em relação à infraestrutura, um dos focos deve ser o término da duplicação da BR-101 para melhorar a movimentação das cargas. Os investimentos em educação e saúde também devem estar na agenda prioritária.



Foto: shutterstock



Foto: shutterstock

FALTA DE MÃO DE OBRA FREIA NEGÓCIOS NA INDÚSTRIA DOS EUA

O otimismo da indústria norte-americana com as políticas econômicas implementadas pelo presidente Donald Trump levou o setor a contratar 18 mil pessoas somente em setembro, de acordo com a *Pesquisa de Perspectivas dos Fabricantes* para o terceiro trimestre de 2018, divulgada pela Associação Nacional da Indústria (NAM, na sigla em inglês). Entretanto, o número é insuficiente para cobrir a demanda e, dessa forma, atrair e reter força de trabalho qualificada tornou-se preocupação da indústria. De acordo com o documento, a falta de mão de obra levou um em cada quatro fabricantes pesquisados a recusar novas oportunidades de negócio. Quase metade dos entrevistados citou a crise da força de trabalho como a principal ameaça enfrentada por seus negócios. Dados do governo norte-americano estimam que existem mais de 500 mil empregos em indústrias disponíveis nos EUA.

ÍNDIA QUER ESTREITAR RELAÇÕES ECONÔMICAS COM PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

O ministro de Estado do Comércio e da Indústria da Índia, Chhotu Ram Chaudhary, manifestou interesse em estreitar as relações do país com os países da África Ocidental. A fala ocorreu durante o *Conclave Regional na África Ocidental - Confederação da Indústria Indiana e o Exim Bank of India*, ocorrido nos dias 8 e 9 de outubro de 2018 em Abuja, Nigéria. O evento mapeou as sinergias sociais e econômicas entre as duas regiões emergentes. O ministro pediu aos representantes dos países da África Ocidental que aproveitassem o esquema de Preferência Tarifária Livre da Índia (DFTP) para aumentar as exportações para seu país. Chaudhary manifestou, ainda, a esperança de que o encontro abra “um novo capítulo nas relações econômicas Índia-África Ocidental”.



Foto: shutterstock

ARGENTINA DISCUTE SOLUÇÕES PARA A RETRAÇÃO INDUSTRIAL

A diminuição da produção industrial argentina tornou-se ponto de preocupação dos empresários e do governo do país. Durante a 24ª Conferência Industrial, promovida pela União das Indústrias Argentinas (UIA), em setembro deste ano, discutiram-se saídas para essa retração. O evento contou com a presença de mais de mil industriais argentinos e autoridades, como o presidente Mauricio Macri. Entre os desafios propostos estão a formação de mão de obra capacitada para a quarta revolução industrial, investimento em tecnologia, melhoria do ambiente macroeconômico, da matriz energética e do transporte no país. Na análise de Miguel Acevedo, presidente da UIA, a indústria é a melhor maneira de multiplicar os potenciais econômicos argentinos e gerar os dólares de que o país precisa.



Foto: shutterstock



Foto: shutterstock

ORGANIZAÇÕES GLOBAIS PEDEM A REDUÇÃO DAS TENSÕES COMERCIAIS

Durante a conferência *Como o comércio global pode promover o crescimento para todos*, realizada em Bali, na Indonésia, em 10 de outubro, chefes de quatro organizações internacionais lançaram forte apelo para aliviar as tensões comerciais e reorientar a importância do sistema multilateral para impulsionar o crescimento econômico mundial. A convocação foi feita pelo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, o presidente do Banco Mundial, Jim Kim, e o secretário-geral das Organizações para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría. Os organismos internacionais estão preocupados com o avanço de políticas comerciais protecionistas, como as implementadas pelo presidente norte-americano Donald Trump, que vêm gerando conflitos entre nações.



Foto: shutterstock

PORTUGAL QUER TER MAIOR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO IBERO-AMERICANO

O presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), José Eduardo Carvalho, defendeu, no último dia 1º de outubro, maior integração comercial com países ibero-americanos durante a conferência *Perspectivas da América Latina nas dinâmicas econômicas com a Europa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Segundo ele, as exportações portuguesas para esses mercados correspondem apenas a 3% do total e têm grande potencial de expansão. Dentro desses 3%, Brasil, México e Chile concentram 81% das exportações, o que significa que há espaço para a entrada em outros mercados. José Eduardo afirmou que Portugal passa por um período de expansão econômica, com indicadores macroeconômicos satisfatórios e controle nas contas públicas, precisando, por isso, expandir os parceiros comerciais.

O PODER DA ESCOLA

CENTROS EDUCACIONAIS DO SESI EM REGIÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL FAZEM A DIFERENÇA AO DAR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E OPORTUNIDADES DE FUTURO MELHOR AOS ESTUDANTES

Uma escola pulsa na comunidade do Retiro, em Salvador, Bahia. A estrutura em alvenaria branca contrasta com as casas coloridas incrustadas nos morros que circundam a unidade educacional. Ao adentrar os portões, a construção ganha vida com as trajetórias que se encontram diariamente, de alunos a professores, de pais a funcionários. A escola Reitor Miguel Calmon, gerida pelo Serviço Social da Indústria (SESI), mantém uma simbiose com a comunidade há quase cinco décadas e vem proporcionando mudanças significativas para quem vive na região, marcada pela violência e pela pobreza.

A instituição baiana nasceu para atender aos filhos de industriários que trabalhavam na região. Com o tempo, a

mancha urbana de Salvador foi crescendo e as indústrias se mudaram para Camaçari, localizada a cerca de 50 km. Da época industrial resta apenas um galpão logístico de uma fábrica de refrigerantes. Aos poucos, o endereço foi ocupado por casas e pequenos comércios. A escola permanece no local atendendo a 1.564 alunos, sendo 41% deles da comunidade e 59% de dependentes de industriários, que, em sua maioria, moram na vizinhança. A escola tem do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Estudos mostram que uma eficiente unidade escolar pode suprir carências e ser decisiva na capacidade de aprendizagem do aluno. A pesquisa *O desempenho das redes SESI e das demais redes de*

ensino aponta que, embora a faixa socioeconômica das famílias atendidas pelo SESI seja similar à das escolas públicas das redes municipal e estadual, o desempenho dos alunos em exames como a Prova Brasil, do Ministério da Educação, é superior em habilidades como Português e Matemática. No quinto ano do ensino fundamental, por exemplo, a proficiência dos alunos do SESI em Matemática foi de 245 pontos, enquanto na rede pública foi de 198. O resultado dos estudantes do SESI foi superior até mesmo aos dos da rede privada, de 229.

Atualmente, a rede SESI conta com 505 escolas em todo o país, com unidades em áreas de vulnerabilidade social na Bahia, no Amazonas, em Minas

Vista aérea da escola Reitor Miguel Calmon, em Salvador (BA), é exemplo de transformação social pela educação

Foto: divulgação

Gerais e no Rio de Janeiro. “A educação traz benefícios ao país à medida que se traduz em cidadania. Por isso, o Sesi vem apostando, há mais de 70 anos, na educação para transformar a realidade brasileira”, diz Paulo Mól, diretor de operações do Sesi.

De acordo com Naercio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper e responsável pela pesquisa, as escolas da rede Sesi têm bom desempenho e chegam a superar escolas privadas no quinto ano do ensino fundamental. Dessa forma, embora a escolaridade da mãe e a renda familiar sejam mais próximas da realidade da rede pública de ensino, os resultados dos alunos do Sesi no quinto ano do ensino fundamental são similares aos das instituições de ensino particulares – que costumam apresentar pontuações melhores nos testes aplicados no Brasil. Nas escolas do Sesi, a média de renda familiar é de um a três salários mínimos. “Isso é um exemplo do chamado ‘efeito escola’, ou seja, a gestão e outros fatores, tais como a qualidade do professor, estão fazendo a diferença nas escolas do Sesi do quinto ano”, explica Naércio.

Ser aluno da escola Reitor Miguel Calmon é o sonho de estudantes da comunidade do Retiro. Marcos dos Santos Souza, 17 anos, mora no bairro de Fazenda Grande, o quarto bairro mais populoso de Salvador. Para percorrer o trajeto entre a escola e sua casa, ele demora cerca de 15 minutos a pé. O jovem conta que, quando criança, passava em frente à escola e dizia para si mesmo: “ainda vou estudar aqui”. Os pais compartilhavam do mesmo desejo: a mãe é dona de casa e o pai trabalha com mecânica industrial. Ao repetir essa frase aos vizinhos, chegou a ser alvo de chacota e de frases desanimadoras, de que ele nunca conseguiria passar pela seleção.

DETERMINAÇÃO QUE ORGULHA

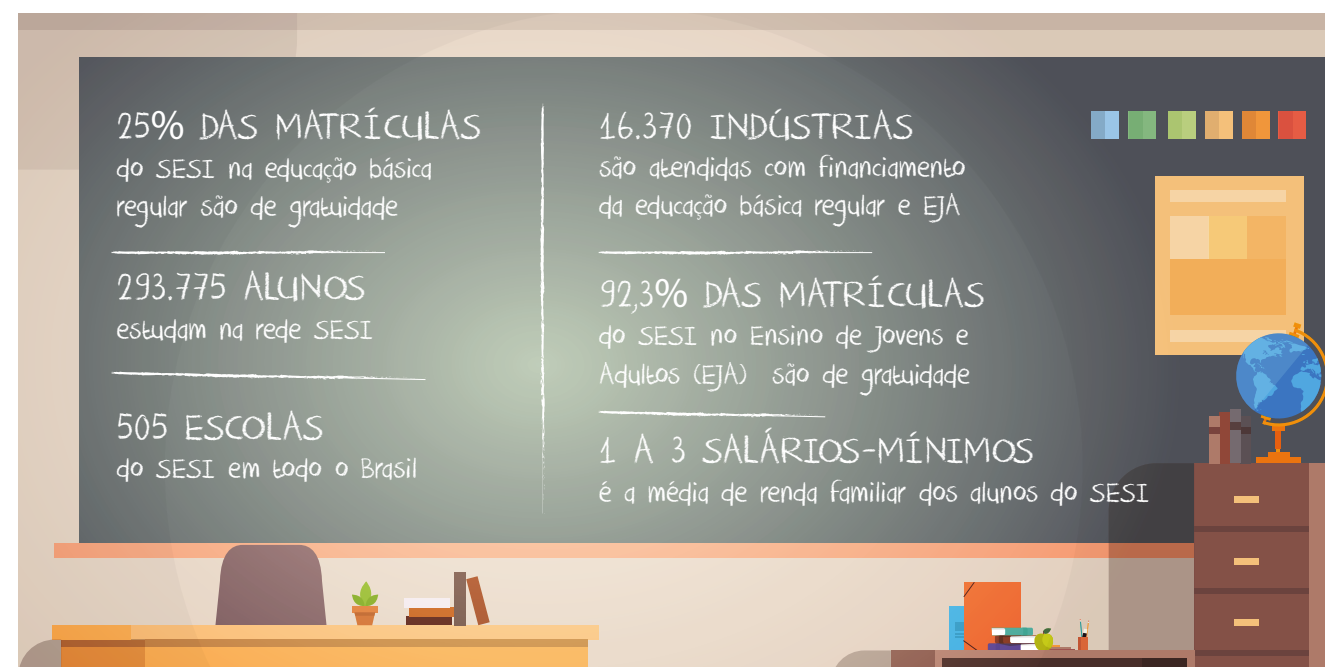
Mas a determinação de Marcos foi superior a qualquer pessimismo. No fim deste ano, ele conclui o ensino médio e será o primeiro da família com o diploma. Todas as gerações anteriores a ele não terminaram o ensino fundamental. “Me pergunto: qual é o nosso papel como cidadão? Só existir ou ser protagonista? Quando eu vejo o orgulho que a minha mãe tem ao me ver com a farda do

SESI, quando vejo a dificuldade de romper barreiras por ser negro e de bairro popular, e vejo onde estou e onde posso chegar, vejo que estou no caminho certo”, comenta.

A vontade de pertencer à Miguel Calmon não vem somente de alunos. A diretora da escola, Eleonice Caldas, 50 anos, lembra que quando tinha 9 anos foi à escola com o pai industrial para uma festa da empresa. Na memória, ficou o deslumbre pelo local. “Eu me lembro de dizer: que escola linda”. Anos depois, Eleonice foi selecionada como professora da educação infantil e está há 31 anos no Sesi, sendo 28 deles na escola do Retiro. “Quando eu já estava na coordenação pedagógica, fui um dia à ala B, toquei na grade e lembrei da primeira vez que fui à escola. Fiquei muito emocionada e feliz de trabalhar em um lugar onde eu desejei estar”, relata a professora.

Para ela, a escola tem uma missão relevante na comunidade do Retiro. “Esse espaço tem uma importante responsabilidade social. Nós temos que investir nas pessoas. Cada oportunidade que a gente cria é uma porta diferente que se abre, um futuro que se constrói”, observa.

POR DENTRO DA REDE SESI



EDITAL DE INOVAÇÃO PARA A INDÚSTRIA. SUAS IDEIAS NAS MÃOS CERTAS.

Se você imagina a indústria de forma nova, mais dinâmica e moderna, inscreva sua ideia no Edital de Inovação para a Indústria 2018.

Serão investidos R\$ 55 milhões no desenvolvimento de soluções inovadoras, que receberão apoio técnico e contarão com infraestrutura tecnológica de ponta.

Você pode apresentar também soluções criativas para desafios de grandes empresas.

Não perca a chance de fazer parte do futuro da indústria brasileira!

Saiba mais em: editaldeinovacao.com.br.

REALIZAÇÃO

SEBRAE **CNI Sesi SENAI** **SESI** **SENAI**

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA